



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 057/2022
Processo nº 04.000408.22.30

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA BENEFICIÁRIOS DA LC 123/06

- **OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA ATENDER DEMANDA DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.**
- **TIPO: MENOR PREÇO**
- **PROPOSTA E LANCE: PELO VALOR GLOBAL DO LOTE.**
- **MODO DE DISPUTA: ABERTO E FECHADO**
- **RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: ATÉ 31/08/2022 às 09:00 horas**
- **ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 31/08/2022, às 09:00 h.**
- **INÍCIO DA SESSÃO DE LANCES: dia 31/08/2022, às 10:00 h.**
- **SITE PARA CONSULTAS: www.licitacoes-e.com.br ou www.pbh.gov.br**
- **FONE: (31) 3277-7735**
- **CARTILHA DO FORNECEDOR: Deverá ser de conhecimento de todos os licitantes, podendo ser impressa por meio do “site” www.licitacoes-e.com.br, através do “link” “Introdução às Regras do Jogo”, para que não ocorram dúvidas de procedimento durante a sessão.**

REFERÊNCIA DE TEMPO: Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a Sessão Pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília/DF e, dessa forma, serão registrados no sistema eletrônico.



1. DO PREÂMBULO

A Diretoria de Logística/Gerência de Compras da Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte torna público que fará realizar procedimento licitatório na modalidade pregão, por meio de utilização de recursos da tecnologia da informação – INTERNET, nos termos dos Decretos Municipais nº 12.436/06, 17.335 de 2020 e 17.317 de 2020, nº 15.113/13 e nº 16.538/16, da Lei Municipal nº 10.936/16, das Leis Federais nº 8.666/93, nº 13.709/18 e nº 10.520/02 e Lei Complementar nº 123/06, observadas ainda as determinações da Lei Federal nº 12.846/13 e demais legislações aplicáveis.

2. DO OBJETO

Registro de Preços para aquisição de materiais elétricos, para atender demanda do Município de Belo Horizonte, por um período de 12 (doze) meses, conforme especificações constantes no Anexo I deste edital.

3. DAS DISPOSIÇÕES/RECOMENDAÇÕES PRELIMINARES

- 3.1. O pregão eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condição de segurança - criptografia e autenticação em todas as suas fases.
- 3.2. Os trabalhos serão conduzidos por servidor do Município, denominado pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo “Licitações” constante do “site” www.licitacoes-e.com.br.

4. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

- 4.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser apresentados até o 3º dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, via INTERNET, para o e-mail cplmsa@pbh.gov.br ou ser entregues diretamente no Protocolo da Secretaria Municipal de Saúde, situado na Av. Afonso Pena, 2336, Savassi - Belo Horizonte / MG, CEP 30.130-012, no horário de 08:00 às 17:00 horas.
- 4.2. Os pedidos de esclarecimentos deverão possuir a identificação do interessado, com o nome da pessoa física e o CPF ou o nome da pessoa jurídica e o CNPJ.
- 4.3. As respostas serão disponibilizadas diretamente no “site” www.licitacoes-e.com.br, no “link” correspondente a este edital e no “site” da PBH no endereço <https://prefeitura.pbh.gov.br/licitacoes> e poderão ser acessados por todos os licitantes.

5. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

- 5.1. Poderá ser apresentada IMPUGNAÇÃO ao Edital deste Pregão até o 3º dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública.
- 5.2. As razões de impugnação ao edital poderão ser enviadas via INTERNET, para o e-mail cplmsa@pbh.gov.br ou ser entregues diretamente no Protocolo da Secretaria Municipal de Saúde, situado na Av. Afonso Pena, 2336, Savassi - Belo Horizonte / MG, CEP 30.130-012, no horário de 08:00 às 17:00 horas.
- 5.3. Não serão acolhidas as impugnações apresentadas fora do prazo legal.



- 5.4. As Impugnações deverão possuir a identificação do interessado, com o nome da pessoa física e o CPF ou o nome da pessoa jurídica e o CNPJ.
- 5.5. As respostas serão disponibilizadas diretamente no “site” www.licitacoes-e.com.br, no “link” correspondente a este edital e no “site” da PBH no endereço <https://prefeitura.pbh.gov.br/licitacoes> e poderão ser acessados por todos os licitantes.

6. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 6.1. **Somente poderão participar deste pregão beneficiários da LC 123/06** que atenderem a todas as exigências contidas neste edital e seus anexos.
- 6.2. Estarão impedidos de participar de qualquer fase do procedimento os interessados que se enquadrem em quaisquer das situações a seguir:
- a) estejam constituídos sob a forma de consórcio;
 - b) estejam cumprindo a penalidade de suspensão temporária imposta pelo Município de Belo Horizonte, nos termos do inciso III do artigo 87 da Lei n. 8.666/93;
 - c) tenham sido declarados inidôneos, nos termos do inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93 ou impedidos de licitar e contratar, nos termos do artigo 7 da Lei n. 10.520/02, em qualquer esfera de Governo;
 - d) estejam sob falência, dissolução ou liquidação;
 - e) estejam em recuperação judicial ou extrajudicial, salvo as empresas que comprovarem que o plano de recuperação foi homologado pelo juízo competente;
 - f) demais hipóteses proibidas pela legislação vigente.
- 6.3. A observância das vedações do subitem 6.2 é de inteira responsabilidade do LICITANTE que, em caso de descumprimento, sujeitar-se-á às penalidades cabíveis.
- 6.4. Poderá ser constatado eventual descumprimento das vedações elencadas no subitem 6.2, mediante consulta aos meios legais disponíveis, inclusive ao Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico www.portaldatransparencia.gov.br/ceis.

7. DO CREDENCIAMENTO JUNTO AO BANCO DO BRASIL

- 7.1. Os interessados em participar do pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas junto às Agências do Banco do Brasil S/A sediadas no País.
- 7.2. A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa devidamente justificada do Banco do Brasil S/A.
- 7.3. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada, não cabendo ao Banco do Brasil S/A ou ao Município de Belo Horizonte a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de seu uso indevido, ainda que por terceiros.
- 7.4. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade do licitante ou de seu representante legal pelos atos praticados e na presunção de capacidade técnica e habilitatória para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.



8. DO ACESSO E DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

- 8.1. O acesso deve ser feito na página inicial do “site” www.licitacoes-e.com.br, opção “Acesso Identificado”.
- 8.2. A participação no pregão eletrônico se dará por meio da digitação da chave de identificação e da senha pessoal do representante credenciado e da subsequente inserção da proposta de preços e dos documentos de habilitação exigidos no edital até data e horário limite estabelecidos para a abertura das propostas.
- 8.2.1. O licitante deverá obrigatoriamente identificar o tipo de segmento da empresa, ficando responsável pela legitimidade e veracidade desta informação, sob pena de aplicação da penalidade prevista no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e demais penalidades previstas na legislação cabível ou aplicável.
- 8.3. O acesso à sala de disputa deve ser feito na página inicial do “site” www.licitacoes-e.com.br, opção “Sala de Disputa”.
- 8.4. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante todo o processo do pregão, desde a publicação até a homologação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante de sua desconexão ou da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou pelo pregoeiro.
- 8.4.1. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 8.4.2. Havendo desconexão do pregoeiro por prazo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e reiniciada somente após decorridas no mínimo vinte e quatro horas da comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 8.5. A inserção da proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências previstas neste edital.
- 8.6. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 8.7. O licitante deverá adotar como referência para sua proposta as informações constantes no presente edital e seus anexos.
- 8.8. **Quando do lançamento da proposta eletrônica, por meio do SISTEMA ELETRÔNICO, o licitante deverá lançar o valor global do lote em moeda corrente nacional, com duas casas decimais.**
- 8.8.1. **No preço proposto deverão estar incluídos todos os tributos, encargos sociais, fretes até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o objeto do presente pregão.**



8.8.2. É vedada a identificação do licitante quando do preenchimento da PROPOSTA ELETRÔNICA, sob pena de desclassificação imediata.

8.9. É vedada a participação de um mesmo procurador como representante de licitantes diferentes em um mesmo lote.

8.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até o horário limite para o acolhimento das propostas.

8.11. O licitante poderá concorrer apenas no lote que for de sua conveniência, desde que em sua totalidade.

9. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA INICIAL E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio eletrônico proposta inicial e documentos de habilitação, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

9.1.1. **A Proposta Inicial a ser inserida deverá conter apenas o valor global do(s) lote(s), conforme Anexo II.** Os valores unitários do(s) item(ns) que compõe(m) o(s) lote(s) serão exigidos apenas na Proposta Ajustada, adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, nos termos do item 12 e Anexo III.

9.1.2. **Os documentos de habilitação exigidos nesse edital deverão ser anexados em local próprio disponibilizado pelo sistema licitacoes-e, SENDO VEDADA, SOB PENA DE INABILITAÇÃO, sua substituição por link que permita acesso aos referidos documentos.**

9.1.3. **O licitante poderá replicar os documentos lançados em um lote para todos os demais lotes em que tenha interesse em participar.**

9.1.3.1. Caso documentação não seja anexada no lote e, não seja possível a realização de diligência pelo Pregoeiro para atestar a situação de fato da licitante na data da abertura do certame, o licitante será inabilitado.

9.2. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão inserir toda a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

9.3. **Para efeito do julgamento da habilitação, os documentos inseridos pelo licitante deverão comprovar a sua regularidade na data da abertura das propostas, nos termos do § 4º do art. 26 do Decreto 17.317/2020, salvo na ocorrência do previsto no § 1º do art. 43 da LC nº 123/06.**

9.4. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta inicial e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até o horário limite para o acolhimento das propostas.

10. DA CONDUÇÃO DO CERTAME

10.1. O certame será conduzido pelo pregoeiro, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

a) coordenar o procedimento licitatório;



- b) receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos
 - c) abrir e conduzir a sessão pública na INTERNET;
 - d) abrir as propostas de preços, examiná-las e classificá-las para a disputa de lances;
 - e) conduzir a etapa de lances;
 - f) julgar a proposta e a habilitação do arrematante;
 - g) sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica;
 - h) receber, examinar e decidir recurso, encaminhando-o à autoridade competente quando mantiver sua decisão;
 - i) declarar o vencedor do certame;
 - j) adjudicar o objeto, exceto quando, havendo recurso, mantiver a sua decisão, hipótese em que a adjudicação será feita por autoridade superior;
 - k) encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior para homologação.
 - l) conduzir os trabalhos da equipe de apoio;
- 10.2. O pregoeiro, no exercício de suas funções, poderá valer-se de pareceres técnicos e/ou jurídicos exarados por servidor/comissão devidamente constituídos, para embasar sua decisão quando do julgamento das fases de habilitação e proposta.
- 10.3. Todas as ações do pregoeiro serão formalizadas via Sistema Eletrônico.

11. DOS PROCEDIMENTOS

- 11.1. A sessão pública do pregão eletrônico terá início a partir do horário previsto neste edital, com a abertura das propostas de preços recebidas, passando o pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das mesmas ou desclassificá-las no caso de não atenderem às exigências editalícias.
- 11.1.1. A critério do pregoeiro a disputa dos lotes poderá ocorrer de forma simultânea.
- 11.2. Aberta a etapa competitiva, os licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado, o licitante será imediatamente informado de seu recebimento e dos respectivos registros de horário e valor.
- 11.3. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 11.4. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 11.5. Durante o transcurso da sessão pública, o licitante será informado, em tempo real, do valor do menor lance registrado por participante, vedada a identificação do detentor do lance.
- 11.6. A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Encerrado esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances e transcorrido o período de tempo, aleatoriamente determinado, de até dez minutos, a recepção de lances será automaticamente encerrada.
- 11.7. Encerrado o prazo aleatório previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o licitante da oferta de valor mais baixo e os licitantes das ofertas com valores até dez por



- cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 11.7.1. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas acima, os licitantes dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 11.8. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 11.9. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um **único** lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 11.9.1. Encerrado esse prazo o sistema ordenará os lances em ordem crescente de valores.
- 11.9.2. Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto no subitem 11.9.
- 11.10. O intervalo entre os lances enviados não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de não serem registrados pelo sistema.
- 11.11. O sistema anunciará o arrematante após o encerramento da etapa de lances da sessão pública.
- 11.12. Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 11.12.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 11.13. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de mínimo de 2 (duas) horas, envie a proposta ajustada adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 11.14. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital.
- 11.14.1. O pregoeiro poderá solicitar a demonstração da exequibilidade da proposta após o término da fase competitiva.
- 11.15. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e a habilitação do licitante, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao presente edital, observando o disposto no subitem 11.9.



- 11.16. Após a etapa de envio de lances, bem como a cada desclassificação ou inabilitação haverá a aplicação do critério estabelecido no § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666/1993.
- 11.17. Caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva, serão aplicados os critérios de desempate nos termos do subitem 11.15.
- 11.18. Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.
- 11.19. Após a declaração do vencedor e havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado aos beneficiários da Lei Complementar nº 123/06 o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da mesma.
- 11.19.1. A prorrogação do prazo para a regularização fiscal e trabalhista prevista no **subitem 11.19** dependerá de requerimento pelo interessado, devidamente fundamentado, dirigido ao pregoeiro.
- 11.19.2. O requerimento deverá ser apresentado, via sistema eletrônico, dentro do prazo inicial de 05 (cinco) dias úteis concedidos para a regularização fiscal e trabalhista.
- 11.19.3. A não regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nas Leis Federais nº 8.666/93 e nº 10.520/02, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes.

12. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA DE PREÇO AJUSTADA

- 12.1. Após a convocação pelo pregoeiro, o arrematante deverá apresentar Proposta Ajustada, conforme modelo Anexo III, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, podendo o prazo ser prorrogado por igual período a partir de solicitação fundamentada do licitante, antes de findo o prazo.
- 12.2. A proposta de preços ajustada deverá conter:
- 12.2.1. razão social, n.º do CNPJ, endereço, telefone e endereço eletrônico do licitante;
- 12.2.2. modalidade e número da licitação;
- 12.2.3. especificação do objeto licitado, conforme este edital e anexos, **sendo obrigatório constar nome do fabricante, marca e modelo do produto ofertado, se houver;**
- 12.2.3.1. no caso em que a marca possuir mais de um modelo, o licitante deverá informá-lo.
- 12.2.4. valor global do lote, discriminando o valor unitário e total do(s) item(ns) que o compõe;
- 12.2.4.1. O (s) valor (es) unitário (s) e total (is) deve (m) ser apresentado (s) em moeda corrente nacional e em algarismo com no máximo 02 (duas) casas decimais.

12.2.4.2. O valor global do (s) lote (s) deve ser apresentado em moeda corrente nacional, em algarismo e por extenso, com no máximo 02 (duas) casas decimais.

12.2.4.2.1. Quando a divisão do valor total/global pela quantidade licitada resultar em valor com mais de 2 (duas) casas decimais, o valor unitário deverá ser adequado ao limite de duas casas decimais. O valor global de cada lote obtido após a adequação deverá ser igual ou inferior ao valor arrematado.

12.2.5. declaração de validade da proposta de 90 (noventa) dias, contados da assinatura;

12.3. **Juntamente com a proposta de preços ajustada a empresa arrematante deverá apresentar:**

12.3.1. Declaração de **BENEFICIÁRIO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006**, conforme modelo **Anexo V**, no caso de beneficiário.

12.3.2. Declaração de elaboração independente de proposta, conforme modelo **Anexo VI**.

12.4. Só será aceito um preço e uma marca para cada produto.

13. DAS EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO

13.1. Os documentos de habilitação deverão ser encaminhados, concomitantemente com a proposta inicial, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para a abertura da sessão pública.

13.1.1. Os documentos de habilitação exigidos nesse edital deverão ser anexados em local próprio disponibilizado pelo sistema licitacoes-e, SENDO VEDADA, SOB PENA DE INABILITAÇÃO, sua substituição por link que permita acesso aos referidos documentos.

13.1.2. O licitante poderá replicar os documentos lançados em um lote para todos os demais lotes em que tenha interesse em participar.

13.1.2.1. Caso documentação não seja anexada no lote e, não seja possível a realização de diligência pelo Pregoeiro para atestar a situação de fato da licitante na data da abertura do certame, o licitante será inabilitado.

13.2. Para habilitação dos licitantes será exigida **a documentação relacionada abaixo:**

13.2.1. Habilitação Jurídica:

a) Registro comercial, no caso de empresa individual;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

Observação: Para todos os efeitos, considera-se como ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, o documento de constituição da empresa, acompanhado da(s) última(s) alteração(ões) referente(s) à natureza da atividade comercial e à administração da empresa, ou a última alteração consolidada.

13.2.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual/Distrital e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- d) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

13.2.3. Qualificação Técnica:

- a) Atestado (s) de Capacidade Técnica, emitido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que o licitante fornece ou forneceu bens de natureza compatível com o (s) objeto (s) do (s) lote (s) arrematado (s).
 - a.1. O (s) atestado (s) deverá (ão) estar emitido (s) em papel (eis) timbrado (s) do(s) Órgão(s) ou da(s) Empresa(s) que o expediu(ram), ou deverá(ão) conter carimbo do CNPJ do(s) mesmo(s) ou outra informação que permita a devida identificação do emitente.
 - a.2. O(s) atestado(s) de capacidade técnica poderá(ão) ser apresentado(s) em nome da empresa, com CNPJ da matriz e/ou da(s) filial(ais) do licitante.
 - a.3. Não será(ão) aceito(s) atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) pelo próprio licitante.

13.2.4. Qualificação Econômico-Financeira:

a) Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, quando for o caso.

a.1. Na hipótese em que a certidão para recuperação judicial ou extrajudicial for positiva, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento, pelo juízo competente, do plano de recuperação em vigor.

13.2.5. Declaração expressa de que o licitante não emprega trabalhador menor nas situações previstas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República, conforme modelo do **Anexo IV**.

13.3. As exigências relacionadas nos subitens 13.2.1, 13.2.2 e 13.2.4 poderão ser comprovadas por documentos constantes dos **cadastros** que demonstrem a situação do licitante junto ao SUCAF e/ou CAGEF.

13.3.1. **Caso o Licitante não esteja habilitado na (s) linha (s) de fornecimento compatível (véis) com o (s) objeto (s) licitado (s)**, deverá anexar, o Estatuto ou Contrato social em vigor acompanhado da (s) última (s) alteração (ões) ou a última alteração consolidada, para análise do objeto social quanto à compatibilidade em relação ao (s) objeto(s) licitado(s).

13.3.2. Caso não conste nos referidos **cadastros** quaisquer documentos exigidos nos subitens 13.2.1, 13.2.2 e 13.2.4, o licitante deverá anexá-los, devendo estar os mesmos em vigor na data da abertura das propostas.

13.3.2.1. Os documentos exigidos no subitem 13.2.3 deverão ser sempre anexados pelo licitante, devendo estar em vigor na data da abertura das propostas.

13.4. Os licitantes que utilizarem **os cadastros relacionados** no subitem 13.3 deverão, **caso os mesmos não comprovem as exigências de qualificação econômico-financeira elencadas no subitem 13.2.4**, apresentá-las nos termos do subitem 13.2.4 para comprovação.

13.5. O licitante obriga-se a declarar a superveniência de fato impeditivo da habilitação, quando houver, sujeitando-se às penalidades cabíveis.

13.6. Sob pena de inabilitação, os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante, devendo ser observado:

- a) se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da mesma;
- b) se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, comprovadamente, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz;
- c) para efeito de qualificação técnica serão admitidos atestados de capacidade técnica emitidos em nome da matriz e/ou filial.

13.7. Para fins de habilitação, **os documentos que não possuírem prazo de validade** deverão possuir data de emissão de no máximo **180 (cento e oitenta) dias**, tendo como referência a data de abertura da proposta.

- 13.7.1. Não se enquadram no **subitem** 13.7 os documentos que, pela própria natureza, não apresentam prazo de validade, inclusive quanto aos atestados de capacidade técnica.
- 13.8. Os beneficiários da Lei Complementar nº 123/06 deverão apresentar toda a documentação de habilitação referente à comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, como condição para ter o objeto adjudicado a seu favor.
- 13.8.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, a devida regularização ocorrerá conforme disposto no **subitem 11.19**.
- 13.9. Para efeito do julgamento da habilitação, os documentos inseridos pelo licitante deverão comprovar a sua regularidade na data da abertura das propostas, nos termos do § 4º do art. 26 do Decreto 17.317/2020, salvo na ocorrência do previsto no § 1º do art. 43 da LC nº 123/06.**

14. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

- 14.1. O critério de julgamento das propostas será o de **MENOR PREÇO, AFERIDO PELO VALOR GLOBAL DO LOTE**, observadas as exigências deste edital e seus anexos.
- 14.1.1. No certame será analisado o valor unitário de cada item/produto que compõem o lote; portanto quando da avaliação da aceitabilidade da proposta será considerado o valor referencial de mercado de cada item/produto.
- 14.1.2. Para efeito de julgamento das propostas apresentadas, será considerada a pesquisa de preços mais próxima realizada anteriormente à data da abertura das propostas eletrônicas.

15. DOS RECURSOS

- 15.1. Declarado o vencedor ou restando o lote fracassado, o licitante, inclusive aquele que foi desclassificado antes da sessão de lances, poderá manifestar motivadamente a intenção de recorrer. Esta manifestação deverá ser realizada via sistema eletrônico, nas 24 (vinte e quatro) horas imediatamente posteriores ao ato da declaração de vencedor ou do lote fracassado.
- 15.1.1. A manifestação a que se refere o subitem anterior deverá ser motivada e efetivada através do botão virtual “intenção de recurso” do sistema eletrônico.
- 15.2. Não serão acolhidos os recursos apresentados fora do prazo legal, nem os recursos subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para representar o licitante.
- 15.3. Será concedido o prazo de **3 (três) dias** para apresentação das razões de recurso, contados do término do prazo para manifestação motivada da intenção de recorrer. Os demais licitantes ficarão automaticamente intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a ser contados do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- 15.4. A ausência de manifestação da intenção de recorrer, a ausência da motivação da intenção ou a não apresentação das razões de recurso importará na decadência do direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.



- 15.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 15.6. As razões do recurso e as contrarrazões poderão ser enviadas pelo sistema eletrônico.
- 15.7. As respostas serão disponibilizadas diretamente no “site” www.licitacoes-e.com.br, no “link” correspondente a este edital e no “site” da PBH no endereço <https://prefeitura.pbh.gov.br/licitacoes> e poderão ser acessados por todos os licitantes.

16. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 17.1. Examinada a aceitabilidade da proposta de menor preço, a regularidade e a habilitação do licitante vencedor, bem como a análise técnica referente às amostras, quando exigidas, o objeto será adjudicado pelo pregoeiro e o procedimento licitatório será encaminhado à autoridade competente para homologação.
- 17.2. Caso haja recurso, quando mantida a decisão pelo pregoeiro, caberá à autoridade superior a adjudicação do objeto licitado.
- 17.3. Será permitida a adjudicação e a homologação parcial do procedimento licitatório, quando o seu objeto for dividido em lotes/itens.

17. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – ARP

- 17.1. Homologada a licitação será lavrado um documento vinculativo obrigacional com força de compromisso para futura aquisição denominado ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ARP.
- 17.1.1. Para a assinatura da ARP, a Adjudicatária deverá estar devidamente cadastrada no Sistema Único de Cadastro de Fornecedores do Município de Belo Horizonte - SUCAF e comprovar a manutenção das condições de regularidade demonstradas para habilitação.
- 17.1.2. Se a empresa vencedora não for cadastrada no SUCAF, ou se houver pendências no cadastro, a empresa deverá requerer a sua regularização no prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir da homologação publicada no DOM. O cadastro regular deverá ser apresentado no prazo máximo de 15 dias, este prazo poderá ser prorrogado, mediante solicitação formal da empresa e apresentação das justificativas, que serão avaliadas pela Administração para o deferimento ou não.
- 17.1.3. A documentação apresentada para fins de habilitação poderá, a critério da Administração, ser enviada ao órgão competente para as devidas providências relativas ao seu cadastramento
- 17.1.4. Nessa hipótese, a exigência prevista no art. 4º do Decreto Municipal 11.245/03 será cumprida mediante o encaminhamento da referida documentação e da proposta constando a solicitação para cadastramento.
- 17.2. A adjudicatária terá até 5 (cinco) dias úteis contados da sua convocação para assinar a ARP, sob pena de decair o direito à contratação.



17.2.1. O prazo para assinatura estipulado no subitem anterior poderá ser prorrogado por uma vez, por igual período, quando solicitado, durante seu transcurso, desde que haja motivo justificado, devidamente aceito pela Administração.

17.2.2. Quando da assinatura da Ata a adjudicatária deverá apresentar Declaração da Lei Orgânica, conforme modelo Anexo VII.

17.3. É facultado ao Órgão Gerenciador convocar os licitantes remanescentes quando o convocado não assinar a ARP no prazo e condições determinados no edital.

17.4. A ARP terá validade e vigência por 12 (doze) meses, contados a partir da publicação do seu resumo no DOM – Diário Oficial do Município.

17.5. A ARP será lavrada em duas vias.

17.6. A ARP a ser celebrada, conforme Minuta – **Anexo VIII** - parte integrante deste edital, conterá, dentre suas cláusulas, as de: Condições de entrega, acondicionamento e transporte; Condições de recebimento; Condições de pagamento; Obrigações do Fornecedor; Obrigações do Órgão Gerenciador; Alteração de Preços e Marcas; Pesquisa de Preços; Obrigações dos Órgãos Participantes e Cancelamento do Registro de Preços.

17.7. Para ciência dos interessados e efeitos legais, a publicação do extrato da ARP no DOM – Diário Oficial do Município – será providenciada e correrá por conta e ônus da Administração Municipal.

18. DA EXECUÇÃO DA ATA

18.1. Durante a vigência da Ata serão emitidas Notas de Empenho ou outros instrumentos hábeis, que substituirão o instrumento de contrato, nos termos do art. 62, caput e § 4.º da Lei Federal nº 8.666/93.

18.2. Após autorização, a Gerência de Manutenção - GEMAN ou equivalente de cada um dos Órgãos Participantes do Registro encaminhará Nota de Empenho ou outro instrumento hábil ao Fornecedor da ARP.

18.2.1. A comprovação de que o Fornecedor recebeu a Nota de Empenho ou outro instrumento hábil deverá ocorrer via e-mail ou outro meio de comunicação eficaz.

18.3. Na hipótese da Gerências de Manutenção - GEMAN ou equivalentes dos Órgãos Participantes não conseguirem um meio eficaz para envio da Nota de Empenho ou outro instrumento hábil ao Fornecedor, deverá ser publicado um aviso no DOM – Diário Oficial do Município, para que o Fornecedor retire a Nota de Empenho ou outro instrumento hábil no prazo máximo de 03 (três) dias úteis contados da convocação.

18.4. A critério da Gerência solicitante, quando se fizer necessária a verificação da qualidade e do atendimento às legislações específicas pertinentes, a Administração determinará as análises necessárias e prazos para a entrega do(s) produto(s), com ônus para o Fornecedor, ficando suspenso o pagamento da Nota Fiscal/Fatura correspondente.



19. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

19.1. Após o encerramento da etapa competitiva, para formação do cadastro de reserva, poderão ser convocados os licitantes classificados, obedecida a ordem de classificação, para se desejarem, reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante melhor classificado.

19.1.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

19.2. Os licitantes que aceitaram cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem crescente da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

19.3. Os licitantes que concordarem em executar o objeto da licitação pelo preço do primeiro colocado, poderão ser convocados para assinar o anexo da ARP.

19.4. Na impossibilidade de fornecimento do objeto licitado pelo licitante vencedor do certame, serão convocados os licitantes integrantes do cadastro de reserva, observada a ordem de classificação e, ocorrerá, sucessivamente, sempre que seja cancelado o registro de preço do fornecedor atual da ata.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência do licitante e/ou da Adjudicatária/ Fornecedor, sujeitando-a as seguintes penalidades:

20.1.1. advertência.

20.1.2. multas nos seguintes percentuais:

- a) multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega dos produtos, até o limite de 9,9%, correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal;
- b) multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação em caso de recusa do infrator em assinar a ARP;
- c) multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho ou outro instrumento hábil em caso de recusa do infrator em aceitá-la(o) ou retirá-la(o);
- d) multa de 3% (três por cento) sobre o valor de referência para a licitação na hipótese de o infrator retardar o procedimento de contratação ou descumprir preceito normativo ou as obrigações assumidas;
- e) multa de 3% (três por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação quando houver o descumprimento das normas jurídicas atinentes ou das obrigações assumidas;
- f) multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela que eventualmente for descumprida na hipótese de o infrator entregar o objeto contratual em desacordo



com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina;

g) multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da ARP quando o infrator der causa ao cancelamento da mesma;

h) multa indenizatória, a título de perdas e danos, na hipótese de o infrator ensejar o cancelamento da ARP e sua conduta implicar em gastos à Administração Pública superiores aos contratados ou registrados.

20.1.3. impedimento de licitar e contratar, com o consequente descredenciamento do SUCAF – Sistema Único de Cadastro de Fornecedores do Município de Belo Horizonte, nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/02 e do art. 49 do Decreto Municipal nº 17.317/2020.

20.1.4. declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, nos termos do inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

20.2. As penalidades de advertência e multa serão aplicadas pelo Diretor competente ou pelo detentor de cargo equivalente nos demais órgãos e entidades da Administração Pública Municipal.

20.2.1. Nos casos previstos pela legislação, as multas poderão ser descontadas do pagamento imediatamente subsequente à sua aplicação.

20.3. A penalidade de impedimento de licitar e contratar será aplicada pelo Secretário Municipal Adjunto competente ou pelo detentor de cargo equivalente nos demais órgãos e entidades da Administração Pública Municipal.

20.4. A penalidade de declaração de inidoneidade será aplicada pela Secretária Municipal competente ou pelo detentor de cargo equivalente nos demais órgãos e entidades da Administração Pública Municipal.

20.5. Na notificação de aplicação das penalidades de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar será facultada a defesa prévia no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

20.6. Na notificação de aplicação da penalidade de declaração de inidoneidade será facultada a defesa prévia no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

20.7. No caso de aplicação das penalidades previstas será concedido prazo de 10 (dez) dias úteis para apresentação de recurso.

20.8. As penalidades são independentes entre si, podendo ser aplicadas em conjunto ou separadamente, após a análise do caso concreto e não exime a Contratada da plena execução do objeto contratado.

20.8.1. Na hipótese de cumulação a que se refere o subitem acima serão concedidos os prazos para defesa e recurso aplicáveis à pena mais gravosa.



20.9. O atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias corridos será considerado como inexecução total do Contrato, devendo o instrumento respectivo ser rescindido, salvo razões de interesse público devidamente explicitadas no ato da autoridade competente pela contratação.

20.10. Poderá, ainda, ser objeto de apuração e processo administrativo a prática considerada abusiva, inclusive aquela caracterizada por proposta com preço manifestamente majorado ou inexequível.

20.11. As sanções previstas no item 20.1 também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente ou com justificativa recusada pela administração pública, nos termos do §1º do Art. 49 do Decreto nº 17.317/2020.

21. DO SISTEMA DO REGISTRO DE PREÇOS

21.1. O Sistema de Registro de Preços regula-se pelas normas e procedimentos previstos na Lei Federal 8.666/93 e no Decreto Municipal nº 16.538/16 e demais normas complementares.

21.2. Uma vez registrado(s) o(s) preço(s), a Administração poderá convocar o Fornecedor a fornecer o(s) produto(s) respectivo(s), na forma e condições fixadas neste Edital e na ARP.

21.3. A existência de preço(s) registrado(s) não obriga a Administração a firmar as contratações que dele(s) poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurando-se ao Fornecedor do registro a preferência de fornecimento, no caso de igualdade de condições das propostas.

21.4. É vedada a aquisição do(s) produto(s) por valor(es) superior(es) ao(s) registrado(s) vigente(s).

21.5. O Fornecedor fica obrigado a atender a todos os pedidos de fornecimento efetuados durante a vigência do Registro de Preços.

21.6. O Fornecedor deverá garantir a qualidade do(s) produto(s) entregue(s) mesmo após o vencimento da ARP.

22. DA ADESÃO EM ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – ARP

22.1. A ARP, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração direta e indireta federal, estadual e municipal, observada a legislação vigente.

22.2. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade não participantes, a 50% (cinquenta por cento) do quantitativo de cada item registrado na ARP para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

22.3. As aquisições adicionais não poderão exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ARP, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.



23. DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

23.1. Nos procedimentos licitatórios e nas contratações realizados pelo Município de Belo Horizonte serão observadas as determinações que se seguem.

23.2. O Município exige que os licitantes/contratados, observem o mais alto padrão de ética durante a licitação e execução dos contratos. Em consequência desta política, define, com os propósitos dessa disposição, os seguintes termos:

23.2.1. “prática corrupta” significa a oferta, a doação, o recebimento ou a solicitação de qualquer coisa de valor para influenciar a ação de um funcionário público no processo de licitação ou execução do Contrato;

23.2.2. “prática fraudulenta” significa a deturpação dos fatos a fim de influenciar um processo de licitação ou a execução de um contrato em detrimento do Contratante;

23.2.3. “prática conspiratória” significa um esquema ou arranjo entre os concorrentes (antes ou após a apresentação da proposta) com ou sem conhecimento do Contratante, destinado a estabelecer os preços das propostas a níveis artificiais não competitivos e privar o Contratante dos benefícios da competição livre e aberta;

23.2.4. “prática coercitiva” significa prejudicar ou ameaçar prejudicar, diretamente ou indiretamente, pessoas ou suas propriedades a fim de influenciar a participação delas no processo de licitação ou afetar a execução de um contrato;

23.2.5. “prática obstrutiva” significa:

23.2.5.1. destruir, falsificar, alterar ou esconder intencionalmente provas materiais para investigação ou oferecer informações falsas aos investigadores com o objetivo de impedir uma investigação do Contratante ou outro Órgão de Controle sobre alegações de corrupção, fraude, coerção ou conspiração; significa ainda ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte envolvida com vistas a impedir a liberação de informações ou conhecimentos que sejam relevantes para a investigação; ou

23.2.5.2. agir intencionalmente com o objetivo de impedir o exercício do direito do Contratante ou outro Órgão de Controle de investigar e auditar.

23.3. O Município rejeitará a proposta e aplicará as sanções previstas na legislação vigente se julgar que o licitante, diretamente ou por um agente, envolveu-se em práticas corruptas, fraudulentas, conspiratórias ou coercitivas durante o procedimento licitatório.

23.4. A ocorrência de qualquer das hipóteses acima elencadas, assim como as previstas no Anexo I da Portaria SDE nº 51 de 03 de julho de 2009, será denunciada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Ministério da Justiça para adoção das medidas cabíveis.

24. DO ACESSO A INFORMAÇÃO E SUA DIVULGAÇÃO

24.1. A licitante/contratada fica ciente de que ocorrerá a publicação dos dados pessoais como nome completo e CPF de seu sócio representante nos instrumentos jurídicos celebrados, que serão publicados em portal de transparência com acesso livre, para fins de cumprimento da Lei de Acesso à Informação.



25. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 25.1. Poderá a Administração revogar a presente licitação, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público devidamente justificado, sem que caiba ao licitante direito à indenização, excetuadas as hipóteses previstas em lei.
- 25.2. O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação e da execução do fornecimento. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação do licitante que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, no cancelamento da ARP, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 25.3. É facultado ao pregoeiro ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.
- 25.3.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o caput, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- 25.4. O licitante intimado para prestar qualquer esclarecimento adicional deverá fazê-lo no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, prorrogável por igual prazo a pedido do licitante devidamente justificado, sob pena de desclassificação/inabilitação.
- 25.5. O não atendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição de sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.
- 25.6. A verificação pelo órgão ou entidade promotora do certame nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões poderá constituir meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 25.6.1. O Município de Belo Horizonte não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade do acesso ao documento nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, hipótese em que, em face do não saneamento das falhas constatadas, o licitante será inabilitado.
- 25.7. A tolerância do Município com qualquer atraso ou inadimplência por parte do Fornecedor não importará de forma alguma em alteração ou novação.
- 25.8. O Fornecedor não poderá caucionar ou utilizar a ARP para qualquer operação financeira.
- 25.9. O Fornecedor não poderá:
- 25.9.1. subcontratar total ou parcialmente o objeto contratado, exceto na hipótese de serviço secundário que não integre a essência do objeto, desde que expressamente autorizada pelo Contratante, mantida em qualquer caso a integral responsabilidade da Contratada;
- 25.9.2. associar-se com outrem, realizar fusão, cisão, incorporação ou integralização de capital, salvo com expressa autorização do Contratante.



- 25.10. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os licitantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.
- 25.11. As decisões referentes a este processo licitatório serão comunicadas aos licitantes via Sistema Eletrônico ou por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Município.
- 25.12. Os casos não previstos neste edital serão decididos pelo pregoeiro ou pela autoridade a ele superior.
- 25.13. A participação do licitante nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste edital.
- 25.14. Os fornecimentos dos produtos, objetos do presente Edital, serão tratados como contratações autônomas e independentes, para todos os fins de direito.
- 25.15. O Fornecedor deverá manter em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste edital, em cumprimento ao disposto no Inciso XIII do artigo 55 da Lei nº 8.666/93.
- 25.16. Se a empresa vencedora já se encontrar cadastrada no SUCAF deverá manter a documentação atualizada.
- 25.17. Aplicam-se ao objeto licitado todas as normas e exigências do Código de Defesa do Consumidor.
- 25.18. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste edital será o da Comarca de Belo Horizonte, local da realização do certame.
- 25.19. Fazem parte integrante deste edital:
- Anexo I – Especificação e Quantidade do Objeto;
 - Anexo II - Modelo de Proposta de Preços Inicial;
 - Anexo III -Modelo de Proposta de Preços Ajustada;
 - Anexo IV – Modelo de Declaração de empregador pessoa jurídica;
 - Anexo V – Modelo de Declaração de **BENEFICIÁRIO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006**;
 - Anexo VI – Modelo de Declaração de elaboração independente de proposta;
 - Anexo VII – Modelo de Declaração da Lei Orgânica;
 - Anexo VIII - Minuta da Ata de Registro de Preços – ARP.
 - Anexo IX- Termo de Referência.

Belo Horizonte, de de

Secretária Municipal de Saúde



ANEXO I

ESPECIFICAÇÃO E QUANTIDADE DO OBJETO

LOTE Nº 01

SICAM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE
02095	ABRAÇADEIRA EM CHAPA DE FERRO GALVANIZADO, TIPO ROSCA SEM FIM, BITOLA DE 3/4 POLEGADA	378	UNIDADE

LOTE Nº 02

SICAM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE
52253	ABRAÇADEIRA EM CHAPA DE FERRO GALVANIZADO, TIPO ROSCA SEM-FIM, BITOLA DE 1 POLEGADA	368	UNIDADE

LOTE Nº 03

SICAM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE
02094	ABRAÇADEIRA EM CHAPA DE FERRO GALVANIZADO, TIPO ROSCA SEM-FIM, BITOLA DE 1/2 POLEGADA	378	UNIDADE

LOTE Nº 04

SICAM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE
38909	ABRAÇADEIRA EM FERRO GALVANIZADO, TIPO " U ", BITOLA DE 1/2 POLEGADA	358	UNIDADE

LOTE Nº 05

SICAM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE
38910	ABRAÇADEIRA EM FERRO GALVANIZADO, TIPO " U ", BITOLA DE 3/4 POLEGADA	518	UNIDADE

LOTE Nº 06

SICAM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE
36747	ABRAÇADEIRA EM FERRO GALVANIZADO, TIPO " U", BITOLA DE 1 POLEGADA	518	UNIDADE

LOTE Nº 07

SICAM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE
41043	ABRAÇADEIRA EM FERRO GALVANIZADO, TIPO ABERTA, BITOLA DE 1 POLEGADA	358	UNIDADE



LOTE Nº 08

SICAM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE
41041	ABRAÇADEIRA EM FERRO GALVANIZADO, TIPO ABERTA, BITOLA DE 1/2 POLEGADA	358	UNIDADE

LOTE Nº 09

SICAM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE
77429	ARAME DE AÇO GALVANIZADO, BITOLA 2,77 MM (12 BWG)	67	QUILOGRAMA

LOTE Nº 10

SICAM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE
84309	ARMAÇÃO SECUNDÁRIA, EM AÇO CARBONO GALVANIZADO A FOGO, 1 ESTRIBO, CHAPA COM ESPESSURA MÍNIMA DE 5 MM	24	UNIDADE

LOTE Nº 11

SICAM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE
84079	BUCHA PARA ELETRODUTO, DE REDUÇÃO, EM PVC, COM ARRUELA, 2 X 1.1/2 POLEGADA	74	UNIDADE

LOTE Nº 12

SICAM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE
84080	BUCHA PARA ELETRODUTO, DE REDUÇÃO, EM PVC, COM ARRUELA, 2 X 1.1/4 POLEGADA	74	UNIDADE

LOTE Nº 13

SICAM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE
84078	BUCHA PARA ELETRODUTO, DE REDUÇÃO, EM PVC, COM ARRUELA, 2 X 3/4 POLEGADA	274	UNIDADE

LOTE Nº 14

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE
CABO FLEXÍVEL, EM COBRE, DUPLO REVESTIMENTO (TERMOFIXO E TERMOPLÁSTICO), COR AZUL, ANTI-CHAMA, ISOLAMENTO ATÉ 1000 V, BITOLA 10 MM ² , CONFORME NBR 13248	1.600	METRO



LOTE Nº 15

SICAM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE
61274	CABO FLEXÍVEL, EM COBRE, DUPLO REVESTIMENTO (TERMOFIXO E TERMOPLÁSTICO), COR PRETA, ANTI-CHAMA, ISOLAMENTO ATÉ 1000 V, BITOLA 10 MM ² , CONFORME NBR 13248	1.600	METRO

LOTE Nº 16

SICAM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE
27033	CABO FLEXÍVEL, EM COBRE, DUPLO REVESTIMENTO EM PVC, 1000 V, 25 MM ²	850	METRO

LOTE Nº 17

SICAM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE
41067	CABO FLEXÍVEL, EM COBRE, DUPLO REVESTIMENTO EM PVC, ANTI-CHAMA, 1000 V, 16 MM ² , CONFORME NBR 13248	208	METRO

LOTE Nº 18

SICAM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE
41070	CABO FLEXÍVEL, EM COBRE, DUPLO REVESTIMENTO EM PVC, ANTI-CHAMA, 1000 V, 95 MM ² , CONFORME NBR 13248	442	METRO

LOTE Nº 19

SICAM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE
04968	CABO FLEXÍVEL, EM COBRE, REVESTIMENTO EM PVC, 750 V, 16 MM ² , COR AZUL	608	METRO

LOTE Nº 20

SICAM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE
36741	CABO FLEXÍVEL, EM COBRE, REVESTIMENTO EM PVC, 750 V, 16 MM ² , COR PRETO	692	METRO

LOTE Nº 21

SICAM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE
84314	CAIXA DE PASSAGEM, EM PVC, DE EMBUTIR, ANTICHAMA, 15 X 15 CM (VARIAÇÃO ACEITÁVEL +/- 10%)	52	UNIDADE



LOTE Nº 22

SICAM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE
83870	CAIXA PARA INSPEÇÃO DE ATERRAMENTO DE REDE ELÉTRICA, EM PLÁSTICO REFORÇADO, COM FUROS NAS LATERAIS, DIMENSÕES: DIÂMETRO DA BASE 185 MM, DIÂMETRO SUPERIOR 232 MM, ALTURA 200 MM (VARIAÇÃO ACEITÁVEL +/- 5%)	24	UNIDADE

LOTE Nº 23

SICAM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE
25420	CAIXA PARA MEDIÇÃO DE ENERGIA, EM CHAPA DE AÇO, PARA MEDIDOR POLIFÁSICO, PROVIDA DE 01 LENTE DE AUMENTO COM 6,5 GRAUS E, DIÂMETRO DE 100 MM, PADRÃO CEMIG CM2, 345 X 460 X 210 MM	24	UNIDADE

LOTE Nº 24

SICAM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE
72058	CINTA PARA POSTE CIRCULAR, EM AÇO GALVANIZADO, 1/2 POLEGADA DE LARGURA, 0,5 MM DE ESPESSURA	11	METRO

LOTE Nº 25

SICAM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE
72059	CINTA PARA POSTE CIRCULAR, EM AÇO GALVANIZADO, 3/4 POLEGADA DE LARGURA, 0,5 MM DE ESPESSURA	16	METRO

LOTE Nº 26

SICAM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE
10548	CONDULETE EM ALUMÍNIO, TIPO E, COM TAMPA, BITOLA DE 3/4 POLEGADA	218	UNIDADE

LOTE Nº 27

SICAM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE
19767	CONDULETE EM ALUMÍNIO, TIPO LB, COM TAMPA, BITOLA DE 1 POLEGADA	143	UNIDADE



LOTE Nº 28

SICAM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE
52633	CONECTOR DE PRESSÃO, EM BRONZE, BITOLA DE 10 MM ²	268	UNIDADE

LOTE Nº 29

SICAM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE
50330	CONECTOR DE PRESSÃO, EM BRONZE, BITOLA DE 16 MM, COM ROSCA	318	UNIDADE

LOTE Nº 30

SICAM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE
50332	CONECTOR DE PRESSÃO, EM BRONZE, BITOLA DE 50 MM, COM ROSCA	138	UNIDADE

LOTE Nº 31

SICAM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE
50333	CONECTOR DE PRESSÃO, EM BRONZE, BITOLA DE 95 MM, COM ROSCA	44	UNIDADE

LOTE Nº 32

SICAM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE
64974	CURVA PARA ELETRODUTO, EM PVC, ROSCA, ANTI-CHAMA, 135 GRAUS, BITOLA DE 1 POLEGADA	34	UNIDADE

LOTE Nº 33

SICAM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE
26337	DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO BIPOLAR, ENCAIXE TIPO UL (PADRÃO AMERICANO), 20 A X 110/220 V	208	UNIDADE

LOTE Nº 34

SICAM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE
81018	DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO TRIPOLAR PADRÃO DIN CONFORME ABNT NBR NM 60898, CURVA C. TENSÃO DE TRABALHO 230/400V (440V MÁX). FREQUÊNCIA: 50/60Hz, IP 20. CAPACIDADE DE INTERRUPÇÃO (ICN): 6KA (127/220V). CORRENTE NOMINAL DE 63A.	42	UNIDADE



LOTE Nº 35

SICAM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE
80986	DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO TRIPOLAR PADRÃO DIN CONFORME ABNT NBR NM 60947-2, CURVA C. TENSÃO DE TRABALHO 230/400V (440V MÁX). FREQUÊNCIA: 50/60Hz, IP 20. CAPACIDADE DE INTERRUPÇÃO (ICU): 10KA (127/220V). CORRENTE NOMINAL DE 100A.	22	UNIDADE

LOTE Nº 36

SICAM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE
05595	ELETRODUTO EM PVC, LISO, COR PRETA, BITOLA DE 1 POLEGADA	40	METRO

LOTE Nº 37

SICAM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE
27654	ELETRODUTO EM PVC, LISO, COR PRETA, BITOLA DE 3/4 POLEGADA, BARRA COM 3 METROS	622	UNIDADE

LOTE Nº 38

SICAM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE
65323	ENTRADA DE LINHA DE ALIMENTAÇÃO (CABEÇOTE), PARA ENERGIA ELÉTRICA, EM PVC, ANTICHAMA, PARA TUBO DE 1 POLEGADA	22	UNIDADE

LOTE Nº 39

SICAM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE
03616	FIO PARALELO, EM COBRE, FLEXÍVEL, DUPLO ISOLAMENTO EM PVC, 2 X 1,5 MM ²	1.796	METRO

LOTE Nº 40

SICAM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE
04669	FIO PARALELO, EM COBRE, FLEXÍVEL, DUPLO ISOLAMENTO EM PVC, 2 X 4 MM ²	1.392	METRO



LOTE Nº 41

SICAM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE
84313	FITA ISOLANTE ANTICHAMA, COR BRANCA, ISOLAÇÃO ATÉ 750 V, ROLO COM 19 MM X 10 M X ESPESSURA 0,18 MM (VARIAÇÃO ACEITÁVEL DE ATÉ 10%)	52	UNIDADE

LOTE Nº 42

SICAM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE
82940	FITA ISOLANTE ANTICHAMA, COR VERMELHA, CLASSE C, ROLO COM 18 MM X 10M X ESPESSURA 0,13 MM (VARIAÇÃO ACEITÁVEL DE ATÉ 10%)	52	UNIDADE

LOTE Nº 43

SICAM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE
60863	FITA ISOLANTE, COR AMARELA, APROXIMADAMENTE 18 MM X 10 M	52	UNIDADE

LOTE Nº 44

SICAM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE
84315	HASTE PARA ATERRAMENTO, EM AÇO CARBONO E COBRE, DIÂMETRO 1/2 POLEGADA, 2,50 M DE ALTURA APROXIMADAMENTE (VARIAÇÃO ACEITÁVEL +/- 10 %)	24	UNIDADE

LOTE Nº 45

SICAM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE
73801	ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA, COM NO MÍNIMO 30 LEDS, AUTONOMIA DE NO MÍNIMO DE 03 ATÉ 06 HORAS, BATERIA RECARREGÁVEL, CARREGADOR EMBUTIDO, TENSÃO 110 (127) /220 V	530	UNIDADE

LOTE Nº 46

SICAM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE
02778	ISOLADOR EM PORCELANA, TIPO CARRETILHA, DIÂMETRO DO FURO 21 MM, 72 X 72 MM	24	UNIDADE



LOTE Nº 47

SICAM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE
08753	LÂMPADA DE DESCARGA, TIPO MISTA, 250 W X 220 V, BASE E-27	670	UNIDADE

LOTE Nº 48

SICAM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE
03443	LÂMPADA DE DESCARGA, TIPO MISTA, 250 W X 220 V, BASE E-40	670	UNIDADE

LOTE Nº 49

SICAM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE
04138	PLUGUE EM TERMOPLÁSTICO, 2 PINOS REDONDOS, CORPO TRIANGULAR, 10 A X 250 V	106	UNIDADE

LOTE Nº 50

SICAM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE
26598	RELÉ FOTOELÉTRICO, PARA COMANDO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, 1200 VA, 127 V X 1000 W	37	UNIDADE

LOTE Nº 51

SICAM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE
10034	RELÉ FOTOELÉTRICO, PARA COMANDO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, TIPO MAGNÉTICO, 1800 VA, 220 V X 1000 W	125	UNIDADE

LOTE Nº 52

SICAM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE
65419	RELÉ TEMPORIZADOR, DIGITAL, CAPACIDADE DE NO MÍNIMO 20 PROGRAMAÇÕES, CORRENTE MÁXIMA 16 AMPERES, TENSÃO 220 V	23	UNIDADE

LOTE Nº 53

SICAM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE
84088	TAMPÃO PARA POSTE, EM POLIAMIDA, PROTEÇÃO CONTRA RAIOS UV, DIMENSÕES 60 X 40 MM	64	UNIDADE



LOTE Nº 54

SICAM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE
84312	TERMINAL PARA CABO, DE PRESSÃO, BITOLA 50 MM ² , COM UM FURO, PARA BARRAMENTO, EM COBRE FUNDIDO, PORCA EM AÇO ZINCADO	30	UNIDADE

LOTE Nº 55

SICAM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE
56479	TERMINAL PARA CABO, DE PRESSÃO, EM AÇO ZINCADO, PARA CABO COM BITOLA DE 10 MM ²	22	UNIDADE

LOTE Nº 56

SICAM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE
52947	TERMINAL PARA CABO, DE PRESSÃO, EM AÇO ZINCADO, PARA CABO COM BITOLA DE 4 MM ²	118	UNIDADE

LOTE Nº 57

SICAM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE
17905	TERMINAL PARA CABO, DE PRESSÃO, EM AÇO ZINCADO, PARA CABO COM BITOLA DE 50 MM ²	208	UNIDADE

LOTE Nº 58

SICAM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE
52948	TERMINAL PARA CABO, DE PRESSÃO, EM AÇO ZINCADO, PARA CABO COM BITOLA DE 6 MM ²	118	UNIDADE

LOTE Nº 59

SICAM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE
71037	TERMINAL PARA CABO, TIPO PINO, PRÉ-ISOLADO, EM COBRE, PARA CABOS DE 06 MM ²	138	UNIDADE

LOTE Nº 60

SICAM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE
71039	TERMINAL PARA CABO, TIPO PINO, PRÉ-ISOLADO, EM COBRE, PARA CABOS DE 10 MM ²	138	UNIDADE



LOTE Nº 61

SICAM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE
83689	TERMINAL PARA CABO, TIPO ILHÓS (TUBULAR), PRÉ-ISOLADO, BITOLA 16 MM ² , MATERIAL EM COBRE ELETROLÍTICO ESTANHADO E ISOLAÇÃO EM NYLON, CORRENTE MÁXIMA 95A, TEMPERATURA MÁXIMA 105°C, TENSÃO 750V. NORMA APLICÁVEL NBR 5370	37	UNIDADE

LOTE Nº 62

SICAM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE
59515	TERMINAL PARA FIO, TIPO OLHAL, DE COMPRESSÃO, EM COBRE ESTANHADO, PARA CABOS COM BITOLA DE 10 MM ² , ABERTURA COM DIÂMETRO APROXIMADO DE 5,2 MM	128	UNIDADE

LOTE Nº 63

SICAM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE
59576	TERMINAL PARA FIO, TIPO OLHAL, DE COMPRESSÃO, EM COBRE ESTANHADO, PARA CABOS COM BITOLA DE 50 MM ² , ABERTURA COM DIÂMETRO APROXIMADO DE 8,5 MM	118	UNIDADE



ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS INICIAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº

Razão social:

CNPJ:

Endereço:

Telefone:

Endereço eletrônico (e-mail) para contato:

Objeto:

Validade da proposta: 90 (noventa) dias.

Valor global do lote:

_____, __ de _____ de _____

Assinatura do responsável legal da empresa licitante



ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº

Razão social:

CNPJ:

Endereço:

Telefone:

Endereço eletrônico (e-mail) para contato:

Objeto:

Validade da proposta: 90 (noventa) dias.

LOTE Nº

ITEM	SICAM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE E	UNIDADE	MARCA / MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1							
.....							
VALOR GLOBAL DO LOTE:		 reais e centavos.				

- a) Em atendimento ao disposto no art. 4º do Decreto Municipal 11.245/03, solicito o cadastramento da empresa junto ao SUCAF.

_____, ____ de _____ de _____

Assinatura do responsável legal da empresa licitante



ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº

A empresa com sede na nº Bairro , cidade de, inscrita no CNPJ nºpor intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a.) , portador (a) Carteira de Identidade R.G. nº..... e do CPF nº DECLARA, sob as penas da lei, em cumprimento ao disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição da República/88, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

_____, ____ de _____ de _____

Assinatura do responsável legal da empresa licitante



ANEXO V

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE BENEFICIÁRIO DA LEI COMPLEMENTAR
123/2006**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº

Declaramos, sob as penas da lei, que a licitante _____ é beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006, na condição de _____ considerando os valores da receita bruta e o atendimento aos requisitos previstos na Lei supracitada.

Atestamos para os devidos fins, que a licitante não se encontra enquadrada em nenhuma das hipóteses, que veda a concessão do tratamento jurídico diferenciado, previstas nos incisos I a XI do § 4º do art. 3º da Lei nº 123/2006:

- a) de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- b) que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- c) de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;
- d) cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;
- e) cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;
- f) constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- g) que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- h) que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- i) resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- j) constituída sob a forma de sociedade por ações.
- k) cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de personalidade, subordinação e habitualidade.

Possuímos ciência da nossa obrigação de comunicar ao Município de Belo Horizonte quaisquer fatos supervenientes que alterem a situação de nossa empresa.

_____, ____ de _____ de _____

Assinatura do responsável legal da empresa licitante



ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº

[IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE DO LICITANTE], como representante devidamente constituído de [IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO LICITANTE] (doravante denominado [Licitante]), declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- (a) a proposta foi elaborada de maneira independente e que seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- (b) a intenção de apresentar a proposta não foi informada a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- (c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, quanto a participar ou não da referida licitação;
- (d) que o conteúdo da proposta não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado a ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- (e) que o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer integrante do Município antes da abertura oficial das propostas; e
- (f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

_____, __ de _____ de _____

Assinatura do responsável legal da empresa licitante



ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DA LEI ORGÂNICA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº

Declaro, para os devidos fins, que os trabalhadores da _____ (Razão Social do Licitante) _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada no _____ (endereço completo) _____, envolvidos na execução do objeto da licitação mencionada acima não incorrem nas proibições previstas no artigo 49-B da Lei Orgânica deste Município, in verbis:

Art. 49-B - Não poderão prestar serviço a órgãos e entidades do Município os trabalhadores das empresas contratadas declarados inelegíveis em resultado de decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado relativa a, pelo menos, uma das seguintes situações:

Art. 49-B acrescentado pela Emenda à Lei Orgânica nº 23, de 14/09/2011 (Art. 2º)

I - representação contra sua pessoa julgada procedente pela Justiça Eleitoral em processo de abuso do poder econômico ou político;

II - condenação por crimes contra a economia popular, a fé pública, a administração pública ou o patrimônio público.

Parágrafo único - Ficam as empresas a que se refere o caput deste artigo obrigadas a apresentar ao contratante, antes do início da execução do contrato, declaração de que os trabalhadores que prestarão serviço ao Município não incorrem nas proibições de que trata este artigo. (NR)

_____, __ de _____ de _____

Assinatura do responsável legal da adjudicatária



ANEXO VIII

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ARP

VINCULADA AO PREGÃO ELETRÔNICO 057/2022

I.J.

O Município de Belo Horizonte, CNPJ 18.715.383/0001-40, doravante denominado ÓRGÃO GERENCIADOR, neste ato representado pelo Secretário Municipal de
....., celebra com a empresa....., CNPJ.....,
doravante denominada FORNECEDOR, estabelecida na, representada por
....., a presente Ata de Registro de Preços- ARP, documento vinculativo e
obrigacional, com força de compromisso para futura aquisição de, em que
se registram os preços e as condições a serem praticadas, nos termos das disposições legais
aplicáveis, especialmente a Lei Federal nº 8.666/93 e os Decretos Municipais nº 16.538/16, nº
15.113/2013 e nº 15.185/2013, decorrente do certame licitatório - Pregão Eletrônico
....., processo administrativo nº, mediante as seguintes disposições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1. Constitui objeto deste Registro de Preços a aquisição de materiais elétricos (PREENCHER CONFORME O LOTE), destinado a atender a demanda do Município de Belo Horizonte, conforme especificação (ções) e quantidade (s) estimada (s) constante (s) no Anexo I desta Ata de Registro de Preços - ARP.
- 1.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

A presente ARP terá vigência de 12 (doze) meses a partir da publicação do seu resumo no DOM – Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO REGISTRADO E DA DIFERENÇA PERCENTUAL

- 3.1. O(s) preço(s), a(s) marca(s), a(s) quantidade(s) e a(s) especificação(ões) do(s) produto(s) a ser(em) fornecido(s) encontram-se indicados no Anexo I desta ARP.
- 3.2. A(s) diferença(s) percentual(is) entre o(s) valor(es) unitário(s) registrado(s) e o(s) valor(es) pesquisado(s) de cada produto, a(s) qual(is) deve(m), preferencialmente, ser(em) mantida(s) durante a vigência desta Ata, também está(ão) especificada(s) no Anexo I desta ARP.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR

O valor total estimado para as aquisições decorrentes da presente ARP perfaz o montante de R\$(valor por extenso).

CLÁUSULA QUINTA - DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES E DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

As despesas decorrentes do fornecimento serão acobertadas pelas seguintes dotações orçamentárias:



CLÁUSULA SEXTA – DO SISTEMA DO REGISTRO DE PREÇOS

- 6.1. O Sistema de Registro de Preços regula-se pelas normas e procedimentos previstos na Lei Federal 8.666/93 e no Decreto Municipal nº 16.538/16 e demais normas complementares.
- 6.2. Uma vez registrados o(s) preço(s), a Administração poderá convocar o Fornecedor a fornecer o(s) produto(s) respectivo(s), na forma e condições fixadas no edital e nesta ARP.
- 6.3. A existência de preço(s) registrado(s) não obriga a Administração a firmar as contratações que dele(s) poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurando-se ao fornecedor do registro a preferência de fornecimento, no caso de igualdade de condições das propostas.
- 6.4. É vedada a aquisição do(s) produto(s) por valor(es) superior(es) ao(s) registrado(s) vigente(s).
- 6.5 O Fornecedor fica obrigado a atender a todos os pedidos de fornecimento efetuados durante a vigência do Registro de Preços, ainda que não esteja no período estipulado pelo cronograma.
- 6.6. O Fornecedor deverá garantir a qualidade do(s) produto(s) entregue(s) mesmo após o vencimento da ARP.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO DA ATA

- 7.1. Durante a vigência da Ata serão emitidas Notas de Empenhos ou outros instrumentos hábeis, que substituirão o instrumento de contrato, nos termos do art. 62, caput e § 4.º da Lei Federal nº 8.666/93.
- 7.2. Após autorização, a Gerência de Manutenção - GEMAN ou equivalente de cada um dos Órgãos Participantes do Registro encaminhará Nota de Empenho ou outro instrumento hábil ao Fornecedor da ARP.
 - 7.2.1. A comprovação de que o Fornecedor recebeu a Nota de Empenho ou outro instrumento hábil deverá ocorrer via e-mail ou outro meio de comunicação eficaz.
- 7.3. Na hipótese de as Gerência de Manutenção - GEMAN ou equivalentes dos Órgãos Participantes não conseguirem um meio eficaz para envio da Nota de Empenho ou outro instrumento hábil ao Fornecedor, deverá ser publicado um aviso no DOM – Diário Oficial do Município, para que o Fornecedor retire a Nota de Empenho ou outro instrumento hábil no prazo máximo de 03 (três) dias úteis contados da convocação.
- 7.4. A critério da Gerência solicitante, quando se fizer necessária a verificação da qualidade e do atendimento às legislações específicas pertinentes, a Administração determinará as análises necessárias e prazos para a entrega dos produtos, com ônus para o Fornecedor, ficando suspenso o pagamento da Nota Fiscal/Fatura correspondente.

CLÁUSULA OITAVA – DOS PRAZOS, CONDIÇÕES DE ENTREGA, ACONDICIONAMENTO E TRANSPORTE

- 8.1. O prazo máximo de entrega do(s) produto(s) será de **até 15 (quinze) úteis**, contado a partir do recebimento da Nota de Empenho ou outro instrumento hábil pelo Fornecedor.



- 8.1.1. Em caso de omissão, recusa ou protelação do Fornecedor em acusar o recebimento da Nota de Empenho, o prazo de entrega iniciar-se-á a partir do terceiro dia útil subsequente à data de envio da Nota de Empenho.
- 8.1.2. Na contagem do prazo estabelecido, excluir-se-á o dia do recebimento da Nota de empenho e incluir-se-á o do limite para entrega, e considerar-se-ão os dias consecutivos, conforme art. 110 da Lei Federal nº 8.666/93.
- 8.1.3. O prazo referido somente se inicia e vence em dia de expediente no órgão ou na entidade.
- 8.2. Os locais de entrega, cujas relações encontram-se nos Anexo II desta ARP, serão os indicados na Nota de Empenho ou outro instrumento hábil.
- 8.2.1. Durante a execução do fornecimento, os locais de entrega poderão sofrer modificações, a critério da Administração Pública, dentro da Região Metropolitana de Belo Horizonte, conforme descrito na Nota de Empenho ou outro instrumento hábil.
- 8.3. O(s) produto(s) deverá(ão) ser descarregado(s) e entregue(s) no interior dos locais designados para a entrega.
- 8.4. Os produtos deverão ser entregues em sua(s) embalagem(ns) original(is) e individual(is) e adequadas à natureza do(s) mesmo(s), ou seja, que resistam ao peso, à forma e às condições de transporte, garantindo que seja(m) entregue(s) em perfeito estado de conservação e limpeza.
- 8.5. A Secretaria Municipal de Saúde – SMSA não aceitará ou receberá qualquer produto com defeitos ou imperfeições, em desacordo com as especificações e condições constantes desta Ata de Registro de Preços ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao objeto.
- 8.6. O Fornecedor somente poderá entregar o(s) produto(s) nos horários e locais estabelecidos pelos Órgãos Participantes. Também deverá respeitar todas as condições impostas pela legislação para a comercialização do(s) produto(s), além das exigências e padrões definidos nesta Ata.

CLÁUSULA NONA – DO RECEBIMENTO DO(S) PRODUTO(S)

- 9.1. O recebimento do(s) produto(s) no(s) local(is) designado(s) na(s) Nota(s) de Empenho ou outro instrumento hábil será feito por servidor ou comissão constituída para este fim e obedecerá ao seguinte trâmite:
- 9.1.1. O Fornecedor dirigirá-se ao local da entrega munido da Nota Fiscal e da Nota de Empenho ou outro instrumento hábil, respectivos;
- 9.1.2. O servidor/comissão, de posse dos documentos apresentados pelo Fornecedor, receberá o(s) produto(s) provisoriamente por 15 (quinze) dias corridos para verificação de especificação(ões), quantidade(s), marca(s), preço(s), prazo(s) e outras exigências que se fizerem pertinentes:



9.1.2.1. encontrando irregularidade ou caso o(s) produto(s) esteja(m) fora dos padrões determinados, a unidade recebedora o(s) devolverá para regularização no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos. O atraso na substituição do(s) mesmo(s) acarretará a suspensão dos pagamentos, além da aplicação das penalidades previstas no edital e na ARP;

9.1.2.2. aprovando o(s) produto(s), o(s) receberá definitivamente em até 15 (quinze) dias corridos mediante recibo apostado na Nota Fiscal respectiva.

9.2. Em caso de irregularidade não sanada pelo Fornecedor, o servidor/comissão reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará ao Órgão competente para providências de penalização.

9.3. É vedada, tanto a entrega do(s) produto(s) por parte do Fornecedor, quanto o recebimento do(s) mesmo(s) pelos órgãos participantes com marca(s) diferente(s) da(s) aprovada(s) e devidamente publicada(s) no DOM – Diário Oficial do Município

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1. O pagamento será realizado pela Gerência de Orçamento e Finanças ou equivalente do Órgão recebedor, em até 30 (trinta) dias contados da entrega e apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada pelo Órgão Recebedor.

10.2. Os documentos fiscais deverão ser atestados pelo servidor ou comissão responsável pelo recebimento do(s) produto(s), após o recebimento definitivo do(s) mesmo(s).

10.3. Os documentos fiscais deverão, obrigatoriamente, discriminar a(s) marca(s), o(s) modelo(s) (se houver) e a quantidade do(s) produto(s) efetivamente entregue(s).

10.4. Deverão ser informados pelo fornecedor no corpo da Nota Fiscal/Fatura os seguintes dados: Número do processo, modalidade/número, lote(s), item(ns), número da Nota de Empenho, tributos e informações bancárias para fins de pagamento.

10.5. Na ocorrência de necessidade de providências complementares por parte do Fornecedor, o decurso do prazo de pagamento será interrompido, reiniciando sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas, caso em que não será devida atualização financeira.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO DE MARCA E DE PREÇO

11.1. A ARP poderá ser alterada mediante a substituição de marca nas seguintes condições:

I - Por solicitação do Órgão Gerenciador, se comprovado que a marca não mais atende às especificações exigidas ou se encontra fora da legislação aplicável;

II - Por requerimento do fornecedor, que deve ser apreciado pelo Órgão Gerenciador, em hipótese que comprove a impossibilidade de fornecimento.

11.1.1. O Órgão Gerenciador somente poderá aquiescer com a substituição requerida pelo fornecedor se comprovadamente houver igualdade de condições ou vantagem para o interesse público.



- 11.1.2. A substituição de marca implicará em nova análise do produto, conforme previsto no Edital e na legislação aplicável.
- 11.2. As alterações de preços em ata decorrentes de SRP obedecerão às seguintes regras:
- I - O preço registrado na ata não poderá ultrapassar o praticado no mercado.
 - II - O Órgão Gerenciador poderá aumentar o preço inicialmente registrado na ata, caso haja pedido do Fornecedor, somente para que seja mantido o equilíbrio econômico-financeiro e devendo obedecer ao que se segue:
 - a) ao deferir o pedido deve, preferencialmente, manter a diferença percentual apurada na época da licitação entre o preço ofertado pelo licitante e o preço de mercado;
 - b) o Órgão Gerenciador deve considerar o valor solicitado pelo Fornecedor como o máximo que pode ser alcançado nesta revisão;
 - c) o Órgão Gerenciador poderá deferir valor menor daquele solicitado pelo Fornecedor;
 - d) o indeferimento do pedido de revisão, não desobriga o Fornecedor do compromisso assumido nem o libera de eventuais penalidades por descumprimento contratual.
- 11.2.1. A exceção à regra prevista na alínea “a” do subitem 11.2, deverá ser devidamente justificada no processo administrativo.
- 11.2.2. O fornecedor não será liberado do compromisso assumido ainda que os preços de mercado venham a se tornar superiores ao registrado.
- 11.2.3. O preço registrado poderá ser revisto de ofício pelo Órgão Gerenciador em decorrência de eventual redução do valor praticado no mercado, ou de fato que eleve o custo do item registrado.
- 11.2.4. A solicitação de revisão de preço(s) deverá ser devidamente justificada e acompanhada de documentos comprobatórios da sua necessidade, originais ou cópias autenticadas, para análise em aproximadamente 10 (dez) dias úteis, contados a partir da entrega da documentação completa pelo Fornecedor.
- 11.3. Os pedidos de revisão de preço e de alteração de marca, enquanto não deferidos total ou parcialmente, não isentam o Fornecedor a dar continuidade às entregas nas condições vigentes.
- 11.4. Os pedidos para revisão de preço ou substituição de marca deverão ser protocolados na Gerência de Contratos e Convênios, situada na Avenida Afonso Pena nº 2336, 6º andar, Centro – Belo Horizonte/MG - CEP 30.130-007- no horário de 8 às 17 horas.
- 11.5. A alteração de preço e a substituição de marca somente terão validade a partir da publicação no DOM – Diário Oficial do Município, produzindo todos os efeitos legais, não se exigindo nenhum outro instrumento jurídico formal para a sua efetivação.



- 11.5.1. As alterações citadas no subitem anterior, valerão somente para as futuras contratações e não para as contratações já realizadas.
- 11.6. Será pago o preço vigente na data em que as Notas de Empenho ou outros instrumentos hábeis forem entregues ao Fornecedor, independentemente da data de entrega do(s) produto(s) na unidade requisitante, ou de qualquer revisão de preços deferida nesse intervalo de tempo.
- 11.7. É de responsabilidade dos Órgãos Participantes e dos Órgãos não Participantes que futuramente aderirem à ARP, o acompanhamento das alterações de preço e de marca do (s) produto (s) no DOM – Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PESQUISA DE PREÇOS

- 12.1. A pesquisa de preços poderá consistir em consultas ao mercado, a publicações especializadas, a preços praticados no âmbito da Administração Pública, a lista de instituições privadas e públicas de formação de preços ou outros meios praticados no mercado.
- 12.1.1. As consultas referidas no subitem anterior poderão ser realizadas por qualquer meio de comunicação, devendo ser certificadas pela autoridade competente.
- 12.1.2. A pesquisa de preços, a critério do Órgão Gerenciador ou da autoridade competente para autorizar a contratação, poderá ser repetida sempre que necessário à preservação do interesse público, considerado o tempo decorrido, a sazonalidade de mercado ou outras condições específicas.
- 12.1.3. Será utilizada, preferencialmente, a média aritmética simples dos preços pesquisados como referência.
- 12.1.4. Qualquer alteração na forma da pesquisa de preço deverá ser devidamente motivada.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

- 13.1. Gerenciar a ARP, em especial o controle dos quantitativos e das autorizações para as respectivas contratações, as quais deverão indicar o fornecedor, as quantidades e os valores a serem praticados.
- 13.2. Autorizar a adesão à ARP pelo Órgão não Participante, nas condições previstas na legislação.
- 13.3. Conduzir os procedimentos relativos às revisões dos preços registrados e substituições de marcas, devidamente justificados, obedecidas às disposições da legislação.
- 13.4. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ARP ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, bem como de comportamentos que comprometam o funcionamento do SRP.
- 13.5. Publicar no Diário Oficial do Município as alterações de preço(s) e marca(s).
- 13.6. Publicar no Diário Oficial do Município o(s) preço(s) registrado(s), no mínimo, trimestralmente.
- 13.7. Exercer as demais competências constantes do Decreto Municipal 16.538/16.



CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

- 14.1. Solicitar, acompanhar e fiscalizar o fornecimento do(s) produto(s), assim como se responsabilizar pelo pedido dentro dos quantitativos fixados.
- 14.2. Promover a formalização do contrato ou instrumento equivalente, após autorização do Órgão Gerenciador.
- 14.3. Zelar pelo cumprimento dos atos relativos às obrigações que assumir contratualmente, bem como pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento do contrato em que figure como parte.
- 14.4. Informar ao Órgão Gerenciador, no prazo de 5 (cinco) dias da ocorrência, qualquer descumprimento de obrigação por parte do Fornecedor, em especial a recusa em assinar o contrato ou retirar o documento equivalente no prazo estabelecido.
- 14.5. Encaminhar ao Órgão Gerenciador cópia dos documentos emitidos, eventuais anulações e relatório de desempenho de fornecedor no prazo de 02 (dois) dias úteis da ocorrência, nos casos em que o contrato for substituído por nota de empenho ou instrumento equivalente.
- 14.6. Executar os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo Fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais em relação às suas próprias contratações.
- 14.7. Acompanhar os preços e marcas registrados no Diário Oficial do Município, para verificação de possíveis alterações.
- 14.8. Pagar no vencimento a fatura correspondente ao fornecimento do(s) produto(s).
 - 14.8.1. Os documentos fiscais deverão estar devidamente atestados por servidor ou comissão responsável pelo recebimento do(s) produto(s), após o recebimento definitivo do(s) mesmo(s).
- 14.9. Fiscalizar a manutenção das condições de habilitação e qualificações do Fornecedor, exigidas no edital, durante toda a execução do fornecimento, em cumprimento ao disposto no Inciso XIII do artigo 55 da Lei 8.666/93 e do Decreto 15.185/2013.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

- 15.1. Dar ciência, imediatamente e por escrito, do recebimento das Notas de Empenho ou outros instrumentos hábeis enviados pelos Órgãos Participantes.
- 15.2. Atender, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, as convocações para retirada da(s) Nota(s) de Empenho ou de outro instrumento hábil.
 - 15.2.1. Em caso de omissão, recusa ou protelação em acusar o recebimento da Nota de Empenho, o prazo de entrega iniciar-se-á a partir do terceiro dia útil subsequente à data de envio da Nota de Empenho.
- 15.3. Atender a todos os pedidos de fornecimento, não se admitindo procrastinação em função de pedido de revisão de preço ou substituição de marca.



- 15.4. Praticar, sempre, o(s) preço(s) e as marca(s) vigente(s) publicado(s) no Diário Oficial do Município pelo Órgão Gerenciador.
- 15.5. Entregar o(s) produto(s) no prazo, local e condições estabelecidos, cumprindo, fielmente, todas as disposições constantes no Edital e nesta ARP.
- 15.6. Entregar o(s) produto(s) com data de fabricação recente.
- 15.7. Responsabilizar-se pelo transporte do(s) produto(s) de seu estabelecimento até o local determinado, bem como pelo seu descarregamento até o interior do local de entrega.
- 15.8. Garantir a boa qualidade do(s) produto(s) fornecido(s), respondendo por qualquer deterioração, substituindo-os sempre que for o caso.
 - 15.8.1. O Fornecedor deverá garantir a qualidade do(s) produto(s) entregue(s) mesmo após o vencimento desta ARP.
- 15.9. Substituir, após solicitação do Órgão Gerenciador, ou propor a substituição da(s) marca(s) do(s) produto(s) registrado(s), mantendo no mínimo os padrões fixados no edital e nesta ARP, sempre que for comprovado que a qualidade da marca atual não atende mais às especificações exigidas ou se encontra fora da legislação aplicável.
- 15.10. Providenciar a imediata correção das irregularidades apontadas quanto à execução do fornecimento, nos termos do edital e da legislação aplicável.
- 15.11. Manter, durante toda a vigência desta ARP, as mesmas condições de habilitação, especialmente as de regularidade fiscal e trabalhista exigidas na fase licitatória e/ou assinatura da ARP, inclusive as relativas ao INSS e ao FGTS, renovando as certidões sempre que vencidas e apresentando-as ao setor competente do Órgão Gerenciador ou Órgão Participante, quando solicitadas.
- 15.12. Comunicar ao Órgão Gerenciador toda e qualquer alteração de dados cadastrais para atualização.
- 15.13. Apresentar, sempre que solicitado pelo Órgão Gerenciador, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais, bem como outras legalmente exigidas.
- 15.14. Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, tributários e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução do fornecimento.
- 15.15. Arcar com todas as despesas pertinentes ao fornecimento contratado, tais como tributos, fretes, embalagem e demais encargos.
- 15.16. Responder, integralmente, pelos danos causados ao Órgão Gerenciador ou a terceiros, por sua culpa ou dolo, decorrentes da execução desta ARP, não reduzindo ou excluindo a responsabilidade o mero fato de a execução ser fiscalizada ou acompanhada por parte do Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes.
- 15.17. Não utilizar em seu quadro de funcionários menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho,



salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1 O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência do Fornecedor, sujeitando-o às seguintes penalidades:

16.1.1. advertência.

16.1.2. multas nos seguintes percentuais:

- a) multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega do(s) produto(s), até o limite de 9,9%, correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal;
- b) multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho ou outro instrumento hábil em caso de recusa do infrator em aceitá-la(o) ou retirá-la(o);
- c) multa de 3% (três por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação quando houver o descumprimento das normas jurídicas atinentes ou das obrigações assumidas.
- d) multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela que eventualmente for descumprida na hipótese de o infrator entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina;
- e) multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da ARP quando o infrator der causa ao cancelamento da mesma;
- f) multa indenizatória, a título de perdas e danos, na hipótese de o infrator ensejar o cancelamento da ARP e sua conduta implicar em gastos à Administração Pública superiores aos contratados ou registrados.

16.1.3. impedimento de licitar e contratar, com o conseqüente descredenciamento do SUCAF – Sistema Único de Cadastro de Fornecedores do Município de Belo Horizonte, nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/02, do artigo 20 do Decreto Municipal 12.436/2006 e do art. 49 do Decreto Municipal nº 17.317/2020;

16.1.4. declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, nos termos do inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

16.2. As penalidades de advertência e multa serão aplicadas pelo Diretor competente ou pelo detentor de cargo equivalente nos demais órgãos e entidades da Administração Pública Municipal.

16.2.1. Nos casos previstos pela legislação, as multas poderão ser descontadas do pagamento imediatamente subsequente à sua aplicação.



- 16.3. A penalidade de impedimento de licitar e contratar será aplicada pelo Secretário Municipal Adjunto competente ou pelo detentor de cargo equivalente nos demais órgãos e entidades da Administração Pública Municipal.
- 16.4. A penalidade de declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário Municipal competente ou pelo detentor de cargo equivalente nos demais órgãos e entidades da Administração Pública Municipal.
- 16.5. Na notificação de aplicação das penalidades de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar será facultada a defesa prévia no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
- 16.6. Na notificação de aplicação da penalidade de declaração de inidoneidade será facultada a defesa prévia no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias úteis.
- 16.7. No caso de aplicação das penalidades previstas será concedido prazo de 10 (dez) dias úteis para apresentação de recurso.
- 16.8. As penalidades são independentes entre si, podendo ser aplicadas em conjunto ou separadamente, após a análise do caso concreto e não exime a Contratada da plena execução do objeto contratado.
- 16.8.1. Na hipótese de cumulação a que se refere o subitem acima serão concedidos os prazos para defesa e recurso aplicáveis à pena mais gravosa.
- 16.9. O atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias corridos será considerado como inexecução total do Contrato, devendo o instrumento respectivo ser rescindido, salvo razões de interesse público devidamente explicitadas no ato da autoridade competente pela contratação.
- 16.10. As sanções previstas no item 16.1 também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente ou com justificativa recusada pela administração pública, nos termos do §1º do Art. 49 do Decreto nº 17.317/2020.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

- 17.1. O Órgão Gerenciador poderá cancelar o registro de preços do Fornecedor observados o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:
- I - pelo descumprimento parcial ou total, por parte do Fornecedor, das condições da ARP;
 - II - quando o Fornecedor não atender à convocação para firmar as obrigações contratuais decorrentes do Registro de Preços, não retirar ou não aceitar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pelo Órgão Gerenciador;
 - III - nas hipóteses de inexecução parcial ou total do contrato decorrente da ARP;
 - IV - nas hipóteses de os preços registrados se tornarem superiores àqueles praticados no mercado e o Fornecedor se recusar a adequá-los na forma prevista no edital e na Ata de Registro de Preços;
 - V - por razões de interesse público;
 - VI - quando o Fornecedor for suspenso ou impedido de licitar e contratar com a Administração Municipal;



- VII - quando o Fornecedor for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- VIII - amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666/93.
- IX - por ordem judicial.
- X - subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial do objeto contratado, exceto na hipótese de serviço secundário que não integre a essência do objeto, desde que expressamente autorizada pelo Contratante, mantida em qualquer caso a integral responsabilidade da Contratada.
- XI - associação com outrem, bem como realização de fusão, cisão, incorporação ou integralização de capital, salvo com expressa autorização do Contratante.
- XII - nos casos em que o Fornecedor estiver envolvido em casos de corrupção, nos termos da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 17.2. O Fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu preço registrado na ocorrência de fato superveniente decorrente de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados, bem como nas hipóteses compreendidas na legislação aplicável que venham a comprometer o fornecimento do bem, excluída a alegação de elevação dos preços de mercado.
- 17.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento do seu Registro de Preço deverá ser formulada por escrito, assegurando-se o fornecimento do bem registrado por prazo mínimo de 45 (quarenta e cinco) dias, contado a partir da comprovação do recebimento da solicitação do cancelamento, salvo na hipótese da impossibilidade de seu cumprimento, devidamente justificada e aprovada pelo Órgão Gerenciador.
- 17.4. A notificação para o cancelamento do preço registrado será enviada diretamente ao Fornecedor por ofício, correspondência eletrônica ou por outro meio eficaz, e no caso da ausência do recebimento, a notificação será publicada no Diário Oficial do Município.
- 17.5. O cancelamento da ARP não afasta a possibilidade de aplicação de sanções, observadas as competências previstas na legislação.
- 17.6. O cancelamento do Registro, nas hipóteses previstas, será formalizado por despacho da autoridade superior do Órgão Gerenciador e publicado no Diário Oficial do Município- DOM.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA ADESÃO EM ATA DE REGISTRO DE PREÇO

- 18.1. A ARP, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração direta e indireta federal, estadual e municipal, observada a legislação vigente.
- 18.1.1. As entidades da Administração Indireta do Município de Belo Horizonte não poderão aderir à ARP para suprir demandas conhecidas anteriormente à publicação do Edital que originou este Registro de Preços.
- 18.2. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens constantes do instrumento convocatório e registrados na ARP.
- 18.3. As aquisições adicionais não poderão exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ARP independente do número de órgãos não participantes que aderirem.



CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA PROTEÇÃO E TRANSMISSÃO DE INFORMAÇÃO, DADOS PESSOAIS E/OU BASE DE DADOS

19.1. O Fornecedor obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, inclusive em razão de licenciamento ou da operação dos programas/sistemas, nos termos da Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no presente instrumento contratual.

19.2. O Fornecedor obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas suficientes visando a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não previstos.

19.3. O Fornecedor deve assegurar-se de que todos os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo.

19.4. O Fornecedor não poderá utilizar-se de informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, para fins distintos ao cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

19.5. O Fornecedor não poderá disponibilizar e/ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização escrita, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

19.5.1. O Fornecedor obriga-se a fornecer informação, dados pessoais e/ou base de dados estritamente necessários caso quando da transmissão autorizada a terceiros durante o cumprimento do objeto descrito neste instrumento contratual.

19.6. O Fornecedor fica obrigado a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da rescisão contratual, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.

19.6.1. Ao Fornecedor não será permitido deter cópias ou backups, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

19.6.1.1. Fornecedor deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja necessidade de realizar seu tratamento.

19.7. O Fornecedor deverá notificar, imediatamente, ao Órgão Gerenciador no caso de vazamento, perda parcial ou total de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

19.7.1. A notificação não eximirá o Fornecedor das obrigações e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

19.7.1.1. O Fornecedor que descumprir nos termos da Lei nº 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores, durante ou após a execução do objeto descrito no presente instrumento contratual fica obrigado a assumir total



responsabilidade e ao ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido, incluindo sanções aplicadas pela autoridade competente.

19.8. O Fornecedor fica obrigado a manter preposto para comunicação com o Órgão Gerenciador para os assuntos pertinentes à Lei nº 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores.

19.9. O dever de sigilo e confidencialidade, e as demais obrigações descritas na presente cláusula, permanecerão em vigor após a extinção das relações entre o Fornecedor e o Órgão Gerenciador, bem como, entre o Fornecedor e os seus colaboradores, subcontratados, consultores e/ou prestadores de serviços sob pena das sanções previstas na Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, salvo decisão judicial contrária.

19.10. O não cumprimento de quaisquer das obrigações descritas nesta cláusula sujeitará o Fornecedor a processo administrativo para apuração de responsabilidade e, conseqüente, sanção, sem prejuízo de outras cominações cíveis e penais

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. Aplicam-se aos produtos todas as normas e exigências do Código de Defesa do Consumidor.

20.2. A tolerância do Município com qualquer atraso ou inadimplência por parte do Fornecedor, não importará de forma alguma em alteração ou novação.

20.3. O Fornecedor não poderá caucionar ou utilizar a ARP para qualquer operação financeira.

20.4. Para ciência dos interessados e efeitos legais, a publicação do extrato da presente ARP no DOM – Diário Oficial do Município - será providenciada e correrá por conta e ônus do Município.

20.5. Vincula-se à presente ARP, o instrumento convocatório, bem como a proposta do Fornecedor, nos termos do art. 55, XI, da Lei 8.666/93 e integram o presente instrumento os seguintes anexos:

- a) **ANEXO I** – Informações sobre os produtos registrados;
- b) **ANEXO II** - Relação dos endereços dos participantes deste Registro;
- c) **ANEXO III** – Cadastro de Reserva.

20.6. As questões decorrentes da utilização da presente Ata que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no foro da cidade de Belo Horizonte/MG, eleito pelas partes com exclusão de qualquer outro.

Belo Horizonte, _____ de _____ de

.....
Secretário Municipal de Saúde

Fornecedor da Ata de Registro de Preço



ANEXOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO I

INFORMAÇÕES SOBRE OS PRODUTOS REGISTRADOS

(PREENCHER CONFORME O(S) LOTE(S))

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º .../...	
PROCESSO N.º:	PREGÃO N.º :
DATA DO PREGÃO:	
FORNECEDOR:	
ENDEREÇO:	
CNPJ/MF:	

Lote								
Item	SICAM	Descrição do Item	Un.	Quant. Estima	Preço de Mercado (R\$)	Preço Registrado (R\$)	DIF. %	Marca

(*)	FONTE	DA	DATA	DA
PESQUISA:			PESQUISA:	

PRAZO DE ENTREGA:

DATA DESTE REGISTRO:	VIGÊNCIA:
-----------------------------	------------------



ANEXO II

**RELAÇÃO DOS ENDEREÇOS DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES DESTE
REGISTRO**

**RELAÇÃO DOS ENDEREÇOS DA SMSA E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES
DESTE REGISTRO**

ÓRGÃO	ENDEREÇO
SMSA	Gerência de Manutenção - GEMAN/SA Avenida Cristiano Machado, nº 3.450 - Bairro União - Belo Horizonte/MG - CEP: 31.160-342
SMED	Secretaria Municipal de Educação - SMED Rua Carangola, nº 288 - Bairro Santo Antônio - Belo Horizonte/MG - CEP: 30.330-240
SLU	Superintendência de Limpeza Urbana - SLU Rua Carlos Eduardo Lott, nº 205 - Bairro Jardim Filadélfia - Belo Horizonte/MG - CEP: 30.865-230
SMSP	Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção - SMSP Rua dos Carijós, nº 126 - 14º Andar - Centro - Belo Horizonte/MG- CEP: 30.120-060



ANEXO III

O Cadastro de Reserva é integrado pelos licitantes abaixo indicados, observando-se a ordem crescente dos preços ofertados nas respectivas propostas ou resultado final da fase de lances, nos termos do §5º do Art. 10 do Decreto nº 16.538, de 30 de dezembro de 2016:



ANEXO IX

TERMO DE REFERÊNCIA

1. UNIDADE REQUISITANTE:

1.1. Gerência de Manutenção – GEMAN

2. RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO:

2.1. Elaine Cristina Gonçalves de Almeida – Mat: 64.219

3. DATA:

3.1. 07/06/2022

4. OBJETO:

4.1. É objeto da presente licitação o registro de preços para aquisição de materiais elétricos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

SICAM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTDE SMSA	QTDE PARTIC.	QTDE TOTAL
02095	ABRAÇADEIRA EM CHAPA DE FERRO GALVANIZADO, TIPO ROSCA SEM FIM, BITOLA DE 3/4 POLEGADA	UNIDADE	108	270	378
52253	ABRAÇADEIRA EM CHAPA DE FERRO GALVANIZADO, TIPO ROSCA SEM-FIM, BITOLA DE 1 POLEGADA	UNIDADE	108	260	368
02094	ABRAÇADEIRA EM CHAPA DE FERRO GALVANIZADO, TIPO ROSCA SEM-FIM, BITOLA DE 1/2 POLEGADA	UNIDADE	108	270	378
38909	ABRAÇADEIRA EM FERRO GALVANIZADO, TIPO " U ", BITOLA DE 1/2 POLEGADA	UNIDADE	108	250	358
38910	ABRAÇADEIRA EM FERRO GALVANIZADO, TIPO " U ", BITOLA DE 3/4 POLEGADA	UNIDADE	108	410	518
36747	ABRAÇADEIRA EM FERRO GALVANIZADO, TIPO " U ", BITOLA DE 1 POLEGADA	UNIDADE	108	410	518
41043	ABRAÇADEIRA EM FERRO GALVANIZADO, TIPO ABERTA, BITOLA DE 1 POLEGADA	UNIDADE	108	250	358
41041	ABRAÇADEIRA EM FERRO GALVANIZADO, TIPO ABERTA, BITOLA DE 1/2 POLEGADA	UNIDADE	108	250	358
77429	ARAME DE AÇO GALVANIZADO, BITOLA 2,77 MM (12 BWG)	QUILOGRAMA	6	61	67
84309	ARMAÇÃO SECUNDÁRIA, EM AÇO CARBONO GALVANIZADO A FOGO, 1 ESTRIBO, CHAPA COM ESPESSURA MÍNIMA DE 5 MM	UNIDADE	12	12	24
84079	BUCHA PARA ELETRODUTO, DE REDUÇÃO, EM PVC, COM ARRUELA, 2 X 1.1/2 POLEGADA	UNIDADE	24	50	74
84080	BUCHA PARA ELETRODUTO, DE REDUÇÃO, EM PVC, COM ARRUELA, 2 X 1.1/4 POLEGADA	UNIDADE	24	50	74
84078	BUCHA PARA ELETRODUTO, DE REDUÇÃO, EM PVC, COM ARRUELA, 2 X 3/4 POLEGADA	UNIDADE	24	250	274
61275	CABO FLEXÍVEL, EM COBRE, DUPLO REVESTIMENTO (TERMOFIXO E TERMOPLÁSTICO), COR AZUL, ANTI-	METRO	600	1000	1600



	CHAMA, ISOLAMENTO ATÉ 1000 V, BITOLA 10 MM ² , CONFORME NBR 13248				
61274	CABO FLEXÍVEL, EM COBRE, DUPLO REVESTIMENTO (TERMOFIXO E TERMOPLÁSTICO), COR PRETA, ANTI-CHAMA, ISOLAMENTO ATÉ 1000 V, BITOLA 10 MM ² , CONFORME NBR 13248	METRO	600	1000	1600
27033	CABO FLEXÍVEL, EM COBRE, DUPLO REVESTIMENTO EM PVC, 1000 V, 25 MM ²	METRO	600	250	850
41067	CABO FLEXÍVEL, EM COBRE, DUPLO REVESTIMENTO EM PVC, ANTI-CHAMA, 1000 V, 16 MM ² , CONFORME NBR 13248	METRO	108	100	208
41070	CABO FLEXÍVEL, EM COBRE, DUPLO REVESTIMENTO EM PVC, ANTI-CHAMA, 1000 V, 95 MM ² , CONFORME NBR 13248	METRO	192	250	442
04968	CABO FLEXÍVEL, EM COBRE, REVESTIMENTO EM PVC, 750 V, 16 MM ² , COR AZUL	METRO	108	500	608
36741	CABO FLEXÍVEL, EM COBRE, REVESTIMENTO EM PVC, 750 V, 16 MM ² , COR PRETO	METRO	192	500	692
84314	CAIXA DE PASSAGEM, EM PVC, DE EMBUTIR, ANTICHAMA, 15 X 15 CM (VARIAÇÃO ACEITÁVEL +/- 10%)	UNIDADE	12	40	52
83870	CAIXA PARA INSPEÇÃO DE ATERRAMENTO DE REDE ELÉTRICA, EM PLÁSTICO REFORÇADO, COM FUROS NAS LATERAIS, DIMENSÕES: DIÂMETRO DA BASE 185 MM, DIÂMETRO SUPERIOR 232 MM, ALTURA 200 MM (VARIAÇÃO ACEITÁVEL +/- 5%)	UNIDADE	12	12	24
25420	CAIXA PARA MEDIÇÃO DE ENERGIA, EM CHAPA DE AÇO, PARA MEDIDOR POLIFÁSICO, PROVIDA DE 01 LENTE DE AUMENTO COM 6,5 GRAUS E, DIÂMETRO DE 100 MM, PADRÃO CEMIG CM2, 345 X 460 X 210 MM	UNIDADE	12	12	24
72058	CINTA PARA POSTE CIRCULAR, EM AÇO GALVANIZADO, 1/2 POLEGADA DE LARGURA, 0,5 MM DE ESPESSURA	METRO	6	5	11
72059	CINTA PARA POSTE CIRCULAR, EM AÇO GALVANIZADO, 3/4 POLEGADA DE LARGURA, 0,5 MM DE ESPESSURA	METRO	6	10	16
10548	CONDULETE EM ALUMÍNIO, TIPO E, COM TAMPA, BITOLA DE 3/4 POLEGADA	UNIDADE	108	110	218
19767	CONDULETE EM ALUMÍNIO, TIPO LB, COM TAMPA, BITOLA DE 1 POLEGADA	UNIDADE	108	35	143
52633	CONECTOR DE PRESSÃO, EM BRONZE, BITOLA DE 10 MM ²	UNIDADE	108	160	268
50330	CONECTOR DE PRESSÃO, EM BRONZE, BITOLA DE 16 MM, COM ROSCA	UNIDADE	108	210	318
50332	CONECTOR DE PRESSÃO, EM BRONZE, BITOLA DE 50 MM, COM ROSCA	UNIDADE	108	30	138
50333	CONECTOR DE PRESSÃO, EM BRONZE, BITOLA DE 95 MM, COM ROSCA	UNIDADE	24	20	44
64974	CURVA PARA ELETRODUTO, EM PVC, ROSCA, ANTI-CHAMA, 135 GRAUS, BITOLA DE 1 POLEGADA	UNIDADE	24	10	34
26337	DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO BIPOLAR, ENCAIXE TIPO UL (PADRÃO AMERICANO), 20 A X 110/220 V	UNIDADE	48	160	208
81018	DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO TRIPOLAR PADRÃO DIN CONFORME ABNT NBR NM 60898, CURVA C. TENSÃO DE	UNIDADE	12	30	42



	TRABALHO 230/400V (440V MÁX). FREQUÊNCIA: 50/60Hz, IP 20. CAPACIDADE DE INTERRUPÇÃO (ICN): 6KA (127/220V). CORRENTE NOMINAL DE 63A.				
80986	DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO TRIPOLAR PADRÃO DIN CONFORME ABNT NBR NM 60947-2, CURVA C. TENSÃO DE TRABALHO 230/400V (440V MÁX). FREQUÊNCIA: 50/60Hz, IP 20. CAPACIDADE DE INTERRUPÇÃO (ICU): 10KA (127/220V). CORRENTE NOMINAL DE 100A.	UNIDADE	12	10	22
05595	ELETRODUTO EM PVC, LISO, COR PRETA, BITOLA DE 1 POLEGADA	METRO	30	10	40
27654	ELETRODUTO EM PVC, LISO, COR PRETA, BITOLA DE 3/4 POLEGADA, BARRA COM 3 METROS	UNIDADE	12	610	622
65323	ENTRADA DE LINHA DE ALIMENTAÇÃO (CABEÇOTE), PARA ENERGIA ELÉTRICA, EM PVC, ANTICHAMA, PARA TUBO DE 1 POLEGADA	UNIDADE	12	10	22
03616	FIO PARALELO, EM COBRE, FLEXÍVEL, DUPLO ISOLAMENTO EM PVC, 2 X 1,5 MM ²	METRO	996	800	1796
04669	FIO PARALELO, EM COBRE, FLEXÍVEL, DUPLO ISOLAMENTO EM PVC, 2 X 4 MM ²	METRO	192	1200	1392
84313	FITA ISOLANTE ANTICHAMA, COR BRANCA, ISOLAÇÃO ATÉ 750 V, ROLO COM 19 MM X 10 M X ESPESSURA 0,18 MM (VARIAÇÃO ACEITÁVEL DE ATÉ 10%)	UNIDADE	12	40	52
82940	FITA ISOLANTE ANTICHAMA, COR VERMELHA, CLASSE C, ROLO COM 18 MM X 10M X ESPESSURA 0,13 MM (VARIAÇÃO ACEITÁVEL DE ATÉ 10%)	UNIDADE	12	40	52
60863	FITA ISOLANTE, COR AMARELA, APROXIMADAMENTE 18 MM X 10 M	UNIDADE	12	40	52
84315	HASTE PARA ATERRAMENTO, EM AÇO CARBONO E COBRE, DIÂMETRO 1/2 POLEGADA, 2,50 M DE ALTURA APROXIMADAMENTE (VARIAÇÃO ACEITÁVEL +/- 10 %)	UNIDADE	12	12	24
73801	ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA, COM NO MÍNIMO 30 LEDS, AUTONOMIA DE NO MÍNIMO DE 03 ATÉ 06 HORAS, BATERIA RECARREGÁVEL, CARREGADOR EMBUTIDO, TENSÃO 110 (127) /220 V	UNIDADE	120	410	530
2778	ISOLADOR EM PORCELANA, TIPO CARRETILHA, DIÂMETRO DO FURO 21 MM, 72 X 72 MM	UNIDADE	12	12	24
8753	LÂMPADA DE DESCARGA, TIPO MISTA, 250 W X 220 V, BASE E-27	UNIDADE	120	550	670
3443	LÂMPADA DE DESCARGA, TIPO MISTA, 250 W X 220 V, BASE E-40	UNIDADE	120	550	670
4138	PLUGUE EM TERMOPLÁSTICO, 2 PINOS REDONDOS, CORPO TRIANGULAR, 10 A X 250 V	UNIDADE	24	82	106
26598	RELÉ FOTOELÉTRICO, PARA COMANDO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, 1200 VA, 127 V X 1000 W	UNIDADE	12	25	37
10034	RELÉ FOTOELÉTRICO, PARA COMANDO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, TIPO MAGNÉTICO, 1800 VA, 220 V X 1000 W	UNIDADE	12	113	125
65419	RELÉ TEMPORIZADOR, DIGITAL, CAPACIDADE DE NO MÍNIMO 20 PROGRAMAÇÕES, CORRENTE MÁXIMA 16 AMPERES, TENSÃO 220 V	UNIDADE	12	11	23
84088	TAMPÃO PARA POSTE, EM POLIAMIDA, PROTEÇÃO CONTRA RAIOS UV, DIMENSÕES 60 X 40 MM	UNIDADE	12	52	64



84312	TERMINAL PARA CABO, DE PRESSÃO, BITOLA 50 MM ² , COM UM FURO, PARA BARRAMENTO, EM COBRE FUNDIDO, PORCA EM AÇO ZINCADO	UNIDADE	12	18	30
56479	TERMINAL PARA CABO, DE PRESSÃO, EM AÇO ZINCADO, PARA CABO COM BITOLA DE 10 MM ²	UNIDADE	12	10	22
52947	TERMINAL PARA CABO, DE PRESSÃO, EM AÇO ZINCADO, PARA CABO COM BITOLA DE 4 MM ²	UNIDADE	108	10	118
17905	TERMINAL PARA CABO, DE PRESSÃO, EM AÇO ZINCADO, PARA CABO COM BITOLA DE 50 MM ²	UNIDADE	108	100	208
52948	TERMINAL PARA CABO, DE PRESSÃO, EM AÇO ZINCADO, PARA CABO COM BITOLA DE 6 MM ²	UNIDADE	108	10	118
71037	TERMINAL PARA CABO, TIPO PINO, PRÉ-ISOLADO, EM COBRE, PARA CABOS DE 06 MM ²	UNIDADE	108	30	138
71039	TERMINAL PARA CABO, TIPO PINO, PRÉ-ISOLADO, EM COBRE, PARA CABOS DE 10 MM ²	UNIDADE	108	30	138
83689	TERMINAL PARA CABO, TIPO ILHÓS (TUBULAR), PRÉ-ISOLADO, BITOLA 16 MM ² , MATERIAL EM COBRE ELETROLÍTICO ESTANHADO E ISOLAÇÃO EM NYLON, CORRENTE MÁXIMA 95A, TEMPERATURA MÁXIMA 105°C, TENSÃO 750V. NORMA APLICÁVEL NBR 5370	UNIDADE	12	25	37
59515	TERMINAL PARA FIO, TIPO OLHAL, DE COMPRESSÃO, EM COBRE ESTANHADO, PARA CABOS COM BITOLA DE 10 MM ² , ABERTURA COM DIÂMETRO APROXIMADO DE 5,2 MM	UNIDADE	108	20	128
59576	TERMINAL PARA FIO, TIPO OLHAL, DE COMPRESSÃO, EM COBRE ESTANHADO, PARA CABOS COM BITOLA DE 50 MM ² , ABERTURA COM DIÂMETRO APROXIMADO DE 8,5 MM	UNIDADE	108	10	118

5. JUSTIFICATIVA:

- 5.1. Os itens são enquadrados na classificação de bens comuns, pois seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos neste Termo de Referência e no Edital da licitação, por meio de especificações usuais do mercado. Assim, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 10.520/02, o certame licitatório será realizado por meio de Sistema de Registro de Preços, na modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, do tipo menor preço por item.
- 5.2. A opção de utilizar Sistema de Registro de Preços se justifica pela hipótese prevista no art. 6º, inciso IV, do Decreto Municipal nº 16.538, que admite a utilização dessa forma de aquisição quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente a ocasião e o quantitativo a ser demandado pela Administração Municipal.
- 5.3. A aquisição justifica-se pela necessidade de conservação, manutenção das boas condições de uso do patrimônio público e da adequabilidade dos atendimentos aos servidores e usuários que fazem uso da rede de saúde, viabilizadas através de pequenas reformas, ampliações e manutenções preventivas e corretivas nos prédios públicos e em instalações elétricas das Unidades de Saúde da rede SUS vinculadas a SMSA,

O quantitativo solicitado foi baseado no histórico de consumo efetivo do almoxarifado mensurado através da demanda de solicitações recebidas e do grande volume diário de solicitação de manutenção preventiva e corretiva nas unidades 24 horas em muito agravadas pela situação pandêmica no estado.



Ressalta-se que, a não aquisição dos materiais elétricos em questão inviabiliza manutenções essenciais para o bom funcionamento das Unidade de Saúde da rede SUS bem como a boa relação dos munícipes com os serviços prestados pela SMSA.

6. MODALIDADE:

6.1. Pregão Eletrônico para Registro de Preços

7. TIPO:

7.1. Menor preço por lote

8. VALOR ESTIMADO DA AQUISIÇÃO:

8.1. A pesquisa de mercado realizada pela Gerência de Compras (GCOMP) apontou, nos termos das especificações e necessidades da SMSA, o valor estimado de:

Conforme processo 04.000.408.22.30

9. CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO:

9.1. Para habilitação dos licitantes será exigida a documentação relacionada abaixo:

9.1.1. Habilitação Jurídica conforme art. 28 da Lei 8.666/93:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

Observação: Para todos os efeitos, considera-se como ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, o documento de constituição da empresa, acompanhado da(s) última(s) alteração(ões) referente(s) à natureza da atividade comercial e à administração da empresa, ou a última alteração consolidada.

9.1.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista conforme art. 29 da Lei 8.666/93

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual/Distrital e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;



d) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

9.1.3. Qualificação Técnica:

9.1.3.1. Atestado(s) de Capacidade Técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que o licitante fornece ou forneceu bens de natureza compatível com o(s) objeto(s) do(s) lote(s) arrematado(s).

- a) O(s) atestado(s) deverá(ão) estar emitido(s) em papel(eis) timbrado(s) do(s) Órgão(s) ou da(s) Empresa(s) que o expediu(ram), ou deverá(ão) conter carimbo do CNPJ do(s) mesmo(s) ou outra informação que permita a devida identificação do emitente.
- b) O(s) atestado(s) de capacidade técnica poderá(ão) ser apresentado(s) em nome da empresa, com CNPJ da matriz e/ou da(s) filial(ais) do licitante.
- c) Não será(ão) aceito(s) atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) pelo próprio licitante.

9.1.4. Qualificação Econômico-Financeira conforme art. 31 da Lei 8.666/93:

9.1.4.1. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, quando for o caso.

9.1.4.1.1. Na hipótese em que a certidão para recuperação judicial ou extrajudicial for positiva, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento, pelo juízo competente, do plano de recuperação em vigor.

9.2. Declarações:

9.2.1. Declaração expressa de que o fornecedor não emprega trabalhador menor nas situações previstas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República.

10. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA DE PREÇO AJUSTADA:

10.1. Critério de julgamento: Menor preço, aferido pelo valor global do lote.

10.2. A proposta de preços ajustada deverá conter:

10.2.1. A razão social, nº do CNPJ, endereço, telefone e endereço eletrônico do licitante;

10.2.2. A modalidade e o número da licitação;

10.2.3. Especificação do objeto licitado, conforme este edital e anexos, **sendo obrigatório constar nome do fabricante, marca e modelo do produto ofertado, se houver;**

10.2.3.1. No caso em que a marca possuir mais de um modelo, o licitante deverá informá-lo.



10.2.4. Valor global do lote, discriminando o valor unitário e total do(s) item(ns) que o compõe;

10.2.4.1. O(s) valor(es) unitário(s) e total(is) deve(m) ser apresentado(s) em moeda corrente nacional e em algarismo com no máximo 02 (duas) casas decimais.

10.2.4.2. O valor global do(s) lote(s) deve ser apresentado em moeda corrente nacional, em algarismo e por extenso, com no máximo 02 (duas) casas decimais.

10.2.4.2.1. Quando a divisão do valor total/global pela quantidade licitada resultar em valor com mais de 2 (duas) casas decimais, o valor unitário deverá ser adequado ao limite de duas casas decimais. O valor global de cada lote obtido após a adequação deverá ser igual ou inferior ao valor arrematado.

10.2.5. Declaração de validade da proposta de 90 (noventa) dias, contados da assinatura;

10.2.6. Só será aceito um preço e uma marca para cada produto.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ARP

11.1. Homologada a licitação será lavrado um documento vinculativo obrigacional com força de compromisso para futura aquisição denominado ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ARP.

11.2. A adjudicatária terá até 5 (cinco) dias úteis contados da sua convocação para assinar a ARP, sob pena de decair o direito à contratação.

11.2.1. O prazo para assinatura estipulado no subitem anterior poderá ser prorrogado por uma vez, por igual período, quando solicitado, durante seu transcurso, desde que haja motivo justificado, devidamente aceito pela Administração.

11.2.2. Quando da assinatura da Ata a adjudicatária deverá apresentar Declaração da Lei Orgânica.

11.3. É facultado ao Órgão Gerenciador convocar os licitantes remanescentes quando o convocado não assinar a ARP no prazo e condições determinados no edital.

11.4. A ARP terá validade e vigência por 12 (doze) meses, contados a partir da publicação do seu resumo no DOM – Diário Oficial do Município.

11.5. A ARP será lavrada em duas vias.

11.6. A ARP a ser celebrada, conterà, dentre suas cláusulas, as de: Condições de entrega, acondicionamento e transporte; Condições de recebimento; Condições de pagamento; Obrigações do Fornecedor; Obrigações do Órgão Gerenciador; Alteração de Preços e Marcas; Pesquisa de Preços; Obrigações dos Órgãos Participantes e Cancelamento do Registro de Preços.

11.7. Para ciência dos interessados e efeitos legais, a publicação do extrato da ARP no DOM – Diário Oficial do Município – será providenciada e correrá por conta e ônus da Administração Municipal.

12. DA EXECUÇÃO DA ATA

12.1. Durante a vigência da Ata serão emitidas Notas de Empenho ou outros instrumentos hábeis, que substituirão o instrumento de contrato, nos termos do art. 62, caput e § 4.º da Lei Federal nº 8.666/93.



12.2. Após autorização, a Gerência de Manutenção - GEMAN ou equivalente de cada um dos Órgãos Participantes do Registro encaminhará Nota de Empenho ou outro instrumento hábil ao Fornecedor da ARP.

12.2.1. A comprovação de que o Fornecedor recebeu a Nota de Empenho ou outro instrumento hábil deverá ocorrer via e-mail ou outro meio de comunicação eficaz.

12.3. Na hipótese de as Gerência de Manutenção - GEMAN ou equivalentes dos Órgãos Participantes não conseguirem um meio eficaz para envio da Nota de Empenho ou outro instrumento hábil ao Fornecedor, deverá ser publicado um aviso no DOM – Diário Oficial do Município, para que o Fornecedor retire a Nota de Empenho ou outro instrumento hábil no prazo máximo de 03 (três) dias úteis contados da convocação.

12.4. A critério da Gerência solicitante, quando se fizer necessária a verificação da qualidade e do atendimento às legislações específicas pertinentes, a Administração determinará as análises necessárias e prazos para a entrega do(s) produto(s), com ônus para o Fornecedor, ficando suspenso o pagamento da Nota Fiscal/Fatura correspondente.

13. DOS PRAZOS, CONDIÇÕES DE ENTREGA, ACONDICIONAMENTO E TRANSPORTE

13.1. O prazo máximo de entrega do(s) produto(s) será de até 15 (quinze) dias úteis, contado a partir do recebimento da Nota de Empenho ou outro instrumento hábil pelo Fornecedor.

13.1.1. Em caso de omissão, recusa ou protelação do Fornecedor em acusar o recebimento da Nota de Empenho, o prazo de entrega iniciar-se-á a partir do terceiro dia útil subsequente à data de envio da Nota de Empenho.

13.1.2. Na contagem do prazo estabelecido, excluir-se-á o dia do recebimento da Nota de empenho e incluir-se-á o do limite para entrega, e considerar-se-ão os dias consecutivos, conforme art. 110 da Lei Federal nº 8.666/93.

13.1.3. O prazo referido somente se inicia e vence em dia de expediente no órgão ou na entidade.

13.1.4. Devidamente justificado e antes de finalizado o prazo de entrega, o fornecedor poderá solicitar prorrogação da entrega, ficando a cargo da área demandante aceitar a solicitação, desde que não haja prejuízo no abastecimento da rede.

15.2. Os locais de entrega, cujas relações encontram-se no Anexo I deste documento, serão os indicados na Nota de Empenho ou outro instrumento hábil.

13.2. Durante a execução do fornecimento, os locais de entrega poderão sofrer modificações, a critério da Administração Pública, dentro da Região Metropolitana de Belo Horizonte, conforme descrito na Nota de Empenho ou outro instrumento hábil.

13.3. O(s) produto(s) deverá(ão) ser descarregado(s) e entregue(s) no interior dos locais designados para a entrega.

13.4. Os produtos deverão ser entregues em sua(s) embalagem(ns) original(is) e individual(is) e adequadas à natureza do(s) mesmo(s), ou seja, que resistam ao peso, à forma e às condições de transporte, garantindo que seja(m) entregue(s) em perfeito estado de conservação e limpeza.



13.5. A Secretaria Municipal de Saúde – SMSA não aceitará ou receberá qualquer produto com defeitos ou imperfeições, em desacordo com as especificações e condições constantes neste documento ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao objeto.

13.6. O Fornecedor somente poderá entregar o(s) produto(s) nos horários e locais estabelecidos pelos Órgãos Participantes. Também deverá respeitar todas as condições impostas pela legislação para a comercialização do(s) produto(s), além das exigências e padrões definidos na Ata.

14. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO:

14.1. O recebimento do(s) produto(s) no(s) local(is) designado(s) na(s) Nota(s) de Empenho ou outro instrumento hábil será feito por servidor ou comissão constituída para este fim e obedecerá ao seguinte trâmite:

14.1.1. O Fornecedor dirigirá-se ao local de entrega munido da Nota Fiscal e da Nota de Empenho ou outro instrumento hábil, respectivos:

14.1.2. A comissão/servidor, de posse dos documentos apresentados pelo Fornecedor, receberá o (s) produto(s) provisoriamente por 15 (quinze) dias corridos, para verificação de especificação (ões), quantidade(s), marca(s), preço(s), prazo(s) e outras exigências que se fizerem pertinentes;

14.1.2.1. Encontrando irregularidade ou caso o (s) produto (s) esteja (m) fora dos padrões determinados, a unidade recebedora o (s) devolverá para regularização no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos. O atraso na substituição do(s) mesmo(s) acarretará a suspensão dos pagamentos, além da aplicação das penalidades previstas no edital e na ARP;

14.1.2.2. Aprovando o(s) produto(s), o (s) receberá definitivamente em até 15 (quinze) dias corridos contados do recebimento provisório, mediante recibo apostado na Nota Fiscal respectiva.

14.2. Em caso de irregularidade não sanada pelo Fornecedor, a comissão/servidor reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará ao Órgão competente para providências de penalização.

14.3. É vedada, tanto a entrega do(s) produto(s) por parte do Fornecedor, quanto o recebimento do(s) mesmo(s) pelos órgãos participantes com marca(s) diferente(s) da(s) aprovada (s) e devidamente publicada(s) no DOM- Diário Oficial do Município.

15. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

15.1. O pagamento será realizado pela Gerência de Orçamento e Finanças ou equivalente do Órgão recebedor, em até 30 (trinta) dias corridos contados da entrega e apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada pelo Órgão Recebedor.

15.2. Os documentos fiscais deverão ser atestados pelo servidor ou comissão responsável pelo recebimento do(s) produto(s), após o recebimento definitivo do(s) mesmo(s).

15.3. Os documentos fiscais deverão, obrigatoriamente, discriminar a(s) marca(s), o(s) modelo(s) (se houver) e a quantidade do(s) produto(s) efetivamente entregue(s).



- 15.4. Deverão ser informados pelo fornecedor no corpo da Nota Fiscal/Fatura os seguintes dados: Número do processo, modalidade/número, lote(s), item(ns), número da Nota de Empenho, tributos e informações bancárias para fins de pagamento.
- 15.5. Na ocorrência de necessidade de providências complementares por parte do Fornecedor, o decurso do prazo de pagamento será interrompido, reiniciando sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas, caso em que não será devida atualização financeira.

16. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

- 16.1. Gerenciar a ARP, em especial o controle dos quantitativos e das autorizações para as respectivas contratações, as quais deverão indicar o fornecedor, as quantidades e os valores a serem praticados.
- 16.2. Autorizar a adesão à ARP pelo Órgão não Participante, nas condições previstas na legislação.
- 16.3. Conduzir os procedimentos relativos às revisões dos preços registrados e substituições de marcas, devidamente justificados, obedecidas às disposições da legislação.
- 16.4. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ARP ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, bem como de comportamentos que comprometam o funcionamento do SRP.
- 16.5. Publicar no Diário Oficial do Município as alterações de preço(s) e marca(s).
- 16.6. Publicar no Diário Oficial do Município o(s) preço(s) registrado(s), no mínimo, trimestralmente.
- 16.7. Exercer as demais competências constantes do Decreto Municipal 16.538/16.

17. DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

- 17.1. Solicitar, acompanhar e fiscalizar o fornecimento do(s) produto(s), assim como se responsabilizar pelo pedido dentro dos quantitativos fixados.
- 17.2. Promover a formalização do contrato ou instrumento equivalente, após autorização do Órgão Gerenciador.
- 17.3. Zelar pelo cumprimento dos atos relativos às obrigações que assumir contratualmente, bem como pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento do contrato em que figure como parte.
- 17.4. Informar ao Órgão Gerenciador, no prazo de 5 (cinco) dias da ocorrência, qualquer descumprimento de obrigação por parte do Fornecedor, em especial a recusa em assinar o contrato ou retirar o documento equivalente no prazo estabelecido.
- 17.5. Encaminhar ao Órgão Gerenciador cópia dos documentos emitidos, eventuais anulações e relatório de desempenho de fornecedor no prazo de 02 (dois) dias úteis da ocorrência, nos casos em que o contrato for substituído por nota de empenho ou instrumento equivalente.
- 17.6. Executar os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo Fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais em relação às suas próprias contratações.



- 17.7. Acompanhar os preços e marcas registrados no Diário Oficial do Município, para verificação de possíveis alterações.
- 17.8. Pagar no vencimento a fatura correspondente ao fornecimento do(s) produto(s).
 - 17.8.1. Os documentos fiscais deverão estar devidamente atestados por servidor ou comissão responsável pelo recebimento do(s) produto(s), após o recebimento definitivo do(s) mesmo(s).
- 17.9. Fiscalizar a manutenção das condições de habilitação e qualificações do Fornecedor, exigidas no edital, durante toda a execução do fornecimento, em cumprimento ao disposto no Inciso XIII do artigo 55 da Lei 8.666/93 e do Decreto 15.185/2013.

18. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

- 18.1. Dar ciência, imediatamente e por escrito, do recebimento das Notas de Empenho ou outros instrumentos hábeis enviados pelos Órgãos Participantes.
- 18.2. Atender, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, as convocações para retirada da(s) Nota(s) de Empenho ou de outro instrumento hábil.
 - 18.2.1. Em caso de omissão, recusa ou protelação em acusar o recebimento da Nota de Empenho, o prazo de entrega iniciar-se-á a partir do terceiro dia útil subsequente à data de envio da Nota de Empenho.
- 18.3. Atender a todos os pedidos de fornecimento, não se admitindo procrastinação em função de pedido de revisão de preço ou substituição de marca.
- 18.4. Praticar, sempre, o(s) preço(s) e as marca(s) vigente(s) publicado(s) no Diário Oficial do Município pelo Órgão Gerenciador.
- 18.5. Entregar o(s) produto(s) no prazo, local e condições estabelecidos, cumprindo, fielmente, todas as disposições constantes neste TR.
- 18.6. Entregar o(s) produto(s) com data de fabricação recente.
- 18.7. Responsabilizar-se pelo transporte do(s) produto(s) de seu estabelecimento até o local determinado, bem como pelo seu descarregamento até o interior do local de entrega.
- 18.8. Garantir a boa qualidade do(s) produto(s) fornecido(s), respondendo por qualquer deterioração, substituindo-os sempre que for o caso.
 - 18.8.1. O Fornecedor deverá garantir a qualidade do(s) produto(s) entregue(s) mesmo após o vencimento da ARP.
- 18.9. Substituir, após solicitação do Órgão Gerenciador, ou propor a substituição da(s) marca(s) do(s) produto(s) registrado(s), mantendo no mínimo os padrões fixados no edital e ARP, sempre que for comprovado que a qualidade da marca atual não atende mais às especificações exigidas ou se encontra fora da legislação aplicável.
- 18.10. Providenciar a imediata correção das irregularidades apontadas quanto à execução do fornecimento, nos termos do edital e da legislação aplicável.
- 18.11. Manter, durante toda a vigência da ARP, as mesmas condições de habilitação, especialmente as de regularidade fiscal e trabalhista exigidas na fase licitatória e/ou assinatura da ARP, inclusive



as relativas ao INSS e ao FGTS, renovando as certidões sempre que vencidas e apresentando-as ao setor competente do Órgão Gerenciador ou Órgão Participante, quando solicitadas.

- 18.12. Comunicar ao Órgão Gerenciador toda e qualquer alteração de dados cadastrais para atualização.
- 18.13. Apresentar, sempre que solicitado pelo Órgão Gerenciador, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais, bem como outras legalmente exigidas.
- 18.14. Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, tributários e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução do fornecimento.
- 18.15. Arcar com todas as despesas pertinentes ao fornecimento contratado, tais como tributos, fretes, embalagem e demais encargos.
- 18.16. Responder, integralmente, pelos danos causados ao Órgão Gerenciador ou a terceiros, por sua culpa ou dolo, decorrentes da execução da ARP, não reduzindo ou excluindo a responsabilidade o mero fato de a execução ser fiscalizada ou acompanhada por parte do Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes.
- 18.17. Não utilizar em seu quadro de funcionários menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

19. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

19.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência do licitante e/ou da Adjudicatária/ Fornecedor, sujeitando-a as seguintes penalidades:

19.1.1. Advertência.

19.1.2. Multas nos seguintes percentuais:

- a) multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega dos produtos, até o limite de 9,9%, correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal;
- b) multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação em caso de recusa do infrator em assinar a ARP;
- c) multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho ou outro instrumento hábil em caso de recusa do infrator em aceitá-la(o) ou retirá-la(o);
- d) multa de 3% (três por cento) sobre o valor de referência para a licitação na hipótese de o infrator retardar o procedimento de contratação ou descumprir preceito normativo ou as obrigações assumidas;
- e) multa de 3% (três por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação quando houver o descumprimento das normas jurídicas atinentes ou das obrigações assumidas;
- f) multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela que eventualmente for descumprida na hipótese de o infrator entregar o objeto contratual em desacordo com



as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina;

- g) multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da ARP quando o infrator der causa ao cancelamento da mesma;
- h) multa indenizatória, a título de perdas e danos, na hipótese de o infrator ensejar o cancelamento da ARP e sua conduta implicar em gastos à Administração Pública superiores aos contratados ou registrados.

19.1.3. Impedimento de licitar e contratar, com o conseqüente descredenciamento do SUCAF – Sistema Único de Cadastro de Fornecedores do Município de Belo Horizonte, nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/02 e do art. 49 do Decreto Municipal nº 17.317/2020.

19.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, nos termos do inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

19.2. As penalidades de advertência e multa serão aplicadas pelo Diretor competente ou pelo detentor de cargo equivalente nos demais órgãos e entidades da Administração Pública Municipal.

19.2.1. Nos casos previstos pela legislação, as multas poderão ser descontadas do pagamento imediatamente subsequente à sua aplicação.

19.3. A penalidade de impedimento de licitar e contratar será aplicada pelo Secretário Municipal Adjunto competente ou pelo detentor de cargo equivalente nos demais órgãos e entidades da Administração Pública Municipal.

19.4. A penalidade de declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário Municipal competente ou pelo detentor de cargo equivalente nos demais órgãos e entidades da Administração Pública Municipal.

19.5. Na notificação de aplicação das penalidades de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar será facultada a defesa prévia no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

19.6. Na notificação de aplicação da penalidade de declaração de inidoneidade será facultada a defesa prévia no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

19.7. No caso de aplicação das penalidades previstas será concedido prazo de 10 (dez) dias úteis para apresentação de recurso.

19.8. As penalidades são independentes entre si, podendo ser aplicadas em conjunto ou separadamente, após a análise do caso concreto e não exime a Contratada da plena execução do objeto contratado.

19.8.1. Na hipótese de cumulação a que se refere o subitem acima serão concedidos os prazos para defesa e recurso aplicáveis à pena mais gravosa.

19.9. O atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias corridos será considerado como inexecução total do Contrato, devendo o instrumento respectivo ser rescindido, salvo razões de interesse público devidamente explicitadas no ato da autoridade competente pela contratação.

19.10. Poderá, ainda, ser objeto de apuração e processo administrativo a prática considerada abusiva, inclusive aquela caracterizada por proposta com preço manifestamente majorado ou inexequível.



20. DO ACESSO À INFORMAÇÃO E SUA DIVULGAÇÃO

20.1. A licitante/contratada/conveniada fica ciente de que ocorrerá a publicação dos dados pessoais como nome completo e CPF de seu sócio representante nos instrumentos jurídicos celebrados, que serão publicados em portal de transparência com acesso livre, para fins de cumprimento da Lei de Acesso à Informação.

21. ÓRGÃO E GERÊNCIA RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO RECEBIMENTO:

21.1. A fiscalização e gestão do contrato será exercida pelos responsáveis abaixo designados:

Gestor: Wagner Santos Souza BM – 37.768-X
Gerência de Manutenção (GEMAN- SA)

Fiscal: Cleonice Neves de Lima MAT – 324010
Gerência de Manutenção (GEMAN- SA)

22. CONSÓRCIO:

22.1. É vedada a participação de empresas reunidas em consórcio.

JUSTIFICATIVA:

A participação de consórcio não garante e/ou amplia a competitividade, podendo até restringir a concorrência, pois as empresas consorciadas deixariam de competir entre si e ainda não daria condições de participação a outras empresas, levando a Administração a não selecionar a proposta mais vantajosa.

23. SUBCONTRATAÇÃO:

23.1. É vedada a subcontratação, cessão ou transferência total ou parcial do objeto contrato, exceto na hipótese de serviço secundário que não integre a essência do objeto, desde que expressamente autorizada pela Administração Municipal, mantida em qualquer caso a integral responsabilidade do fornecedor.



ANEXO I

RELAÇÃO DOS ENDEREÇOS DA SMSA E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES DESTE REGISTRO

ÓRGÃO	ENDEREÇO
SMSA	Gerência de Manutenção - GEMAN/SA Avenida Cristiano Machado, nº 3.450 - Bairro União - Belo Horizonte/MG - CEP: 31.160-342
SMED	Secretaria Municipal de Educação - SMED Rua Carangola, nº 288 - Bairro Santo Antônio - Belo Horizonte/MG - CEP: 30.330-240
SLU	Superintendência de Limpeza Urbana - SLU Rua Carlos Eduardo Lott, nº 205 - Bairro Jardim Filadélfia - Belo Horizonte/MG - CEP: 30.865-230
SMSP	Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção - SMSP Rua dos Carijós, nº 126 - 14º Andar - Centro - Belo Horizonte/MG- CEP: 30.120-060

ANEXO II

PROGRAMAÇÃO PARTICÍPES

SICAM	DESCRIPTIVO	UNIDADE FORNECIMENTO	QDE SMSA	QTD SMSP	QTD SMED	QTD SLU
02095	ABRAÇADEIRA EM CHAPA DE FERRO GALVANIZADO, TIPO ROSCA SEM FIM, BITOLA DE 3/4 POLEGADA	UNIDADE	108	20	200	50
52253	ABRAÇADEIRA EM CHAPA DE FERRO GALVANIZADO, TIPO ROSCA SEM-FIM, BITOLA DE 1 POLEGADA	UNIDADE	108	10	200	50
02094	ABRAÇADEIRA EM CHAPA DE FERRO GALVANIZADO, TIPO ROSCA SEM-FIM, BITOLA DE 1/2 POLEGADA	UNIDADE	108	20	200	50
38909	ABRAÇADEIRA EM FERRO GALVANIZADO, TIPO " U ", BITOLA DE 1/2 POLEGADA	UNIDADE	108	0	200	50
38910	ABRAÇADEIRA EM FERRO GALVANIZADO, TIPO " U ", BITOLA DE 3/4 POLEGADA	UNIDADE	108	10	200	200
36747	ABRAÇADEIRA EM FERRO GALVANIZADO, TIPO " U ", BITOLA DE 1 POLEGADA	UNIDADE	108	10	200	200
41043	ABRAÇADEIRA EM FERRO GALVANIZADO, TIPO ABERTA, BITOLA DE 1 POLEGADA	UNIDADE	108	0	200	50
41041	ABRAÇADEIRA EM FERRO GALVANIZADO, TIPO ABERTA, BITOLA DE 1/2 POLEGADA	UNIDADE	108	0	200	50
77429	ARAME DE AÇO GALVANIZADO, BITOLA 2,77 MM (12 BWG)	QUILOGRAMA	6	1	50	10
84309	ARMAÇÃO SECUNDÁRIA, EM AÇO CARBONO GALVANIZADO A FOGO, 1 ESTRIBO, CHAPA COM ESPESSURA MÍNIMA DE 5 MM	UNIDADE	12	2	0	10
84079	BUCHA PARA ELETRODUTO, DE REDUÇÃO, EM PVC, COM ARRUELA, 2 X 1.1/2 POLEGADA	UNIDADE	24	0	0	50
84080	BUCHA PARA ELETRODUTO, DE REDUÇÃO, EM PVC, COM ARRUELA, 2 X 1.1/4 POLEGADA	UNIDADE	24	0	0	50
84078	BUCHA PARA ELETRODUTO, DE REDUÇÃO, EM PVC, COM ARRUELA, 2 X 3/4 POLEGADA	UNIDADE	24	0	200	50



61275	CABO FLEXÍVEL, EM COBRE, DUPLO REVESTIMENTO (TERMOFIXO E TERMOPLÁSTICO), COR AZUL, ANTI-CHAMA, ISOLAMENTO ATÉ 1000 V, BITOLA 10 MM ² , CONFORME NBR 13248	METRO	600	0	500	500
61274	CABO FLEXÍVEL, EM COBRE, DUPLO REVESTIMENTO (TERMOFIXO E TERMOPLÁSTICO), COR PRETA, ANTI-CHAMA, ISOLAMENTO ATÉ 1000 V, BITOLA 10 MM ² , CONFORME NBR 13248	METRO	600	0	500	500
27033	CABO FLEXÍVEL, EM COBRE, DUPLO REVESTIMENTO EM PVC, 1000 V, 25 MM ²	METRO	600	0	0	250
41067	CABO FLEXÍVEL, EM COBRE, DUPLO REVESTIMENTO EM PVC, ANTI-CHAMA, 1000 V, 16 MM ² , CONFORME NBR 13248	METRO	108	0	0	100
41070	CABO FLEXÍVEL, EM COBRE, DUPLO REVESTIMENTO EM PVC, ANTI-CHAMA, 1000 V, 95 MM ² , CONFORME NBR 13248	METRO	192	0	0	250
04968	CABO FLEXÍVEL, EM COBRE, REVESTIMENTO EM PVC, 750 V, 16 MM ² , COR AZUL	METRO	108	0	0	500
36741	CABO FLEXÍVEL, EM COBRE, REVESTIMENTO EM PVC, 750 V, 16 MM ² , COR PRETO	METRO	192	0	0	500
84314	CAIXA DE PASSAGEM, EM PVC, DE EMBUTIR, ANTICHAMA, 15 X 15 CM (VARIAÇÃO ACEITÁVEL +/- 10%)	UNIDADE	12	20	0	20
83870	CAIXA PARA INSPEÇÃO DE ATERRAMENTO DE REDE ELÉTRICA, EM PLÁSTICO REFORÇADO, COM FUROS NAS LATERAIS, DIMENSÕES: DIÂMETRO DA BASE 185 MM, DIÂMETRO SUPERIOR 232 MM, ALTURA 200 MM (VARIAÇÃO ACEITÁVEL +/- 5%)	UNIDADE	12	2	0	10
25420	CAIXA PARA MEDIÇÃO DE ENERGIA, EM CHAPA DE AÇO, PARA MEDIDOR POLIFÁSICO, PROVIDA DE 01 LENTE DE AUMENTO COM 6,5 GRAUS E, DIÂMETRO DE 100 MM, PADRÃO CEMIG CM2, 345 X 460 X 210 MM	UNIDADE	12	2	0	10
72058	CINTA PARA POSTE CIRCULAR, EM AÇO GALVANIZADO, 1/2 POLEGADA DE LARGURA, 0,5 MM DE ESPESSURA	METRO	6	0	0	5
72059	CINTA PARA POSTE CIRCULAR, EM AÇO GALVANIZADO, 3/4 POLEGADA DE LARGURA, 0,5 MM DE ESPESSURA	METRO	6	0	0	10
10548	CONDULETE EM ALUMÍNIO, TIPO E, COM TAMPA, BITOLA DE 3/4 POLEGADA	UNIDADE	108	10	0	100
19767	CONDULETE EM ALUMÍNIO, TIPO LB, COM TAMPA, BITOLA DE 1 POLEGADA	UNIDADE	108	5	0	30
52633	CONECTOR DE PRESSÃO, EM BRONZE, BITOLA DE 10 MM ²	UNIDADE	108	10	0	150
50330	CONECTOR DE PRESSÃO, EM BRONZE, BITOLA DE 16 MM, COM ROSCA	UNIDADE	108	10	0	200
50332	CONECTOR DE PRESSÃO, EM BRONZE, BITOLA DE 50 MM, COM ROSCA	UNIDADE	108	0	0	30
50333	CONECTOR DE PRESSÃO, EM BRONZE, BITOLA DE 95 MM, COM ROSCA	UNIDADE	24	0	0	20
64974	CURVA PARA ELETRODUTO, EM PVC, ROSCA, ANTI-CHAMA, 135 GRAUS, BITOLA DE 1 POLEGADA	UNIDADE	24	0	0	10



26337	DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO BIPOLAR, ENCAIXE TIPO UL (PADRÃO AMERICANO), 20 A X 110/220 V	UNIDADE	48	0	60	100
81018	DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO TRIPOLAR PADRÃO DIN CONFORME ABNT NBR NM 60898, CURVA C. TENSÃO DE TRABALHO 230/400V (440V MÁX). FREQUÊNCIA: 50/60Hz, IP 20. CAPACIDADE DE INTERRUPÇÃO (ICN): 6KA (127/220V). CORRENTE NOMINAL DE 63A.	UNIDADE	12	0	0	30
80986	DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO TRIPOLAR PADRÃO DIN CONFORME ABNT NBR NM 60947-2, CURVA C. TENSÃO DE TRABALHO 230/400V (440V MÁX). FREQUÊNCIA: 50/60Hz, IP 20. CAPACIDADE DE INTERRUPÇÃO (ICU): 10KA (127/220V). CORRENTE NOMINAL DE 100A.	UNIDADE	12	0	0	10
05595	ELETRODUTO EM PVC, LISO, COR PRETA, BITOLA DE 1 POLEGADA	METRO	30	0	0	10
27654	ELETRODUTO EM PVC, LISO, COR PRETA, BITOLA DE 3/4 POLEGADA, BARRA COM 3 METROS	UNIDADE	12	0	60	550
65323	ENTRADA DE LINHA DE ALIMENTAÇÃO (CABEÇOTE), PARA ENERGIA ELÉTRICA, EM PVC, ANTICHAMA, PARA TUBO DE 1 POLEGADA	UNIDADE	12	0	0	10
03616	FIO PARALELO, EM COBRE, FLEXÍVEL, DUPLO ISOLAMENTO EM PVC, 2 X 1,5 MM ²	METRO	996	100	500	200
04669	FIO PARALELO, EM COBRE, FLEXÍVEL, DUPLO ISOLAMENTO EM PVC, 2 X 4 MM ²	METRO	192	0	1000	200
84313	FITA ISOLANTE ANTICHAMA, COR BRANCA, ISOLAÇÃO ATÉ 750 V, ROLO COM 19 MM X 10 M X ESPESSURA 0,18 MM (VARIAÇÃO ACEITÁVEL DE ATÉ 10%)	UNIDADE	12	0	30	10
82940	FITA ISOLANTE ANTICHAMA, COR VERMELHA, CLASSE C, ROLO COM 18 MM X 10M X ESPESSURA 0,13 MM (VARIAÇÃO ACEITÁVEL DE ATÉ 10%)	UNIDADE	12	0	30	10
60863	FITA ISOLANTE, COR AMARELA, APROXIMADAMENTE 18 MM X 10 M	UNIDADE	12	0	30	10
84315	HASTE PARA ATERRAMENTO, EM AÇO CARBONO E COBRE, DIÂMETRO 1/2 POLEGADA, 2,50 M DE ALTURA APROXIMADAMENTE (VARIAÇÃO ACEITÁVEL +/- 10 %)	UNIDADE	12	2	0	10
73801	ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA, COM NO MÍNIMO 30 LEDS, AUTONOMIA DE NO MÍNIMO DE 03 ATÉ 06 HORAS, BATERIA RECARREGÁVEL, CARREGADOR EMBUTIDO, TENSÃO 110 (127) /220 V	UNIDADE	120	300	100	10
02778	ISOLADOR EM PORCELANA, TIPO CARRETILHA, DIÂMETRO DO FURO 21 MM, 72 X 72 MM	UNIDADE	12	2	0	10
08753	LÂMPADA DE DESCARGA, TIPO MISTA, 250 W X 220 V, BASE E-27	UNIDADE	120	0	0	550
03443	LÂMPADA DE DESCARGA, TIPO MISTA, 250 W X 220 V, BASE E-40	UNIDADE	120	0	0	550
04138	PLUGUE EM TERMOPLÁSTICO, 2 PINOS REDONDOS, CORPO TRIANGULAR, 10 A X 250 V	UNIDADE	24	2	50	30
26598	RELÉ FOTOELÉTRICO, PARA COMANDO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, 1200 VA, 127 V X 1000 W	UNIDADE	12	5	10	10
10034	RELÉ FOTOELÉTRICO, PARA COMANDO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, TIPO MAGNÉTICO, 1800 VA, 220 V X 1000 W	UNIDADE	12	3	10	100



65419	RELÉ TEMPORIZADOR, DIGITAL, CAPACIDADE DE NO MÍNIMO 20 PROGRAMAÇÕES, CORRENTE MÁXIMA 16 AMPERES, TENSÃO 220 V	UNIDADE	12	1	0	10
84088	TAMPÃO PARA POSTE, EM POLIAMIDA, PROTEÇÃO CONTRA RAIOS UV, DIMENSÕES 60 X 40 MM	UNIDADE	12	2	0	50
84312	TERMINAL PARA CABO, DE PRESSÃO, BITOLA 50 MM ² , COM UM FURO, PARA BARRAMENTO, EM COBRE FUNDIDO, PORCA EM AÇO ZINCADO	UNIDADE	12	8	0	10
56479	TERMINAL PARA CABO, DE PRESSÃO, EM AÇO ZINCADO, PARA CABO COM BITOLA DE 10 MM ²	UNIDADE	12	0	0	10
52947	TERMINAL PARA CABO, DE PRESSÃO, EM AÇO ZINCADO, PARA CABO COM BITOLA DE 4 MM ²	UNIDADE	108	0	0	10
17905	TERMINAL PARA CABO, DE PRESSÃO, EM AÇO ZINCADO, PARA CABO COM BITOLA DE 50 MM ²	UNIDADE	108	0	0	100
52948	TERMINAL PARA CABO, DE PRESSÃO, EM AÇO ZINCADO, PARA CABO COM BITOLA DE 6 MM ²	UNIDADE	108	0	0	10
71037	TERMINAL PARA CABO, TIPO PINO, PRÉ-ISOLADO, EM COBRE, PARA CABOS DE 06 MM ²	UNIDADE	108	20	0	10
71039	TERMINAL PARA CABO, TIPO PINO, PRÉ-ISOLADO, EM COBRE, PARA CABOS DE 10 MM ²	UNIDADE	108	20	0	10
83689	TERMINAL PARA CABO, TIPO ILHÓS (TUBULAR), PRÉ-ISOLADO, BITOLA 16 MM ² , MATERIAL EM COBRE ELETROLÍTICO ESTANHADO E ISOLAÇÃO EM NYLON, CORRENTE MÁXIMA 95A, TEMPERATURA MÁXIMA 105°C, TENSÃO 750V. NORMA APLICÁVEL NBR 5370	UNIDADE	12	0	0	25
59515	TERMINAL PARA FIO, TIPO OLHAL, DE COMPRESSÃO, EM COBRE ESTANHADO, PARA CABOS COM BITOLA DE 10 MM ² , ABERTURA COM DIÂMETRO APROXIMADO DE 5,2 MM	UNIDADE	108	10	0	10
59576	TERMINAL PARA FIO, TIPO OLHAL, DE COMPRESSÃO, EM COBRE ESTANHADO, PARA CABOS COM BITOLA DE 50 MM ² , ABERTURA COM DIÂMETRO APROXIMADO DE 8,5 MM	UNIDADE	108	0	0	10